



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISAAC ANDERSON DE CARVALHO OLIVEIRA

**A POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS APÓS O 11 DE
SETEMBRO DE 2001: A CONSTRUÇÃO DA GUERRA AO TERROR**

PORTO NACIONAL – TO

2019

ISAAC ANDERSON DE CARVALHO OLIVEIRA

**A POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS APÓS O 11 DE
SETEMBRO DE 2001: A CONSTRUÇÃO DA GUERRA AO TERROR**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Fabiana Scoleso

PORTO NACIONAL – TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- O48p Oliveira, Isaac Anderson de Carvalho .
A Política de Segurança dos Estados Unidos após o 11 de setembro de 2001: A construção da Guerra ao Terror. / Isaac Anderson de Carvalho Oliveira. – Porto Nacional, TO, 2021.
62 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2021.
Orientador: Fabiana Scoleso
1. INTRODUÇÃO. 2. O NEORREALISMO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 3. TERRORISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA PERSPECTIVA NEORREALISTA. 4. 11 DE SETEMBRO DE 2001: O GOVERNO BUSH E A CONSTRUÇÃO DA GUERRA AO TERROR. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ISAAC ANDERSON DE CARVALHO OLIVEIRA

**A POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS APÓS O 11 DE
SETEMBRO DE 2001: A CONSTRUÇÃO DA GUERRA AO TERROR**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais. Aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____.

Banca examinadora:

Professora Dra. Fabiana Scoleso – Universidade Federal do Tocantins (Orientadora)

Professor Dr. Dirceu Marchini Neto – Universidade Federal do Tocantins (Examinador)

Professor Dr. Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda – Universidade Federal do Tocantins
(Examinador)

Dedico esta obra as minhas duas mães, Sara e Maristella, pelo exemplo de coragem e simplicidade em suas metas, que com muito carinho me ensinaram e me educaram, e a minha querida professora orientadora Fabiana Scoleso.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, um ato muito importante depois de uma longa caminhada para chegar até este momento em que concluo o curso e a minha monografia. Quando escolhi Relações Internacionais ouvi muitas vezes que o curso estava fora da minha realidade entre outras muitas coisas que poderiam me desanimar, persisti e continuei olhando para frente com o apoio da minha família, amigos e pessoas especiais que sempre me transmitiram força para lutar pelo os meus sonhos. Serei eternamente grato a essas pessoas, jamais esquecerei do que cada um fez por mim durante toda essa jornada.

À minha querida professora orientadora Dra. Fabiana Scoleso pela força, apoio e dedicação na construção desse trabalho e na minha formação, uma pessoa pela qual sempre carregarei um carinho e uma admiração imensa pelo seu brilhante trabalho como professora, pesquisadora e militante.

A todos os meus professores, exemplos de profissionais dedicados que sempre estiveram ao meu lado, me ensinando com muita paciência e dedicação o caminho para se tornar um profissional na área que sempre sonhei.

A todos da minha família que sempre estiveram ao meu lado me apoiando de alguma forma ao longo desses anos, sem o apoio e o carinho de vocês eu jamais conseguiria ter chegado até aqui.

Aos meus amigos queridos, companheiros de luta, em especial Vitória Gabriela, Gracyele, Maria Clara, Igor e Ingrid que estiveram ao meu lado desde que tudo começou nos melhores e piores momentos, nas batalhas diárias, nos aprendizados e tantas outras coisas que levarei como aprendizado e recordações.

A todos os graduandos do curso que depositaram em mim seu voto de confiança e me permitiram ser o seu representante estudantil e o primeiro presidente da Associação Atlética Acadêmica Hegemônica, título que carrego com muito orgulho, onde tive a oportunidade de construir ao longo de quase dois anos um trabalho que proporcionou tantas melhorias para o nosso curso, campus e até mesmo outras instituições através dos nossos diversos projetos. Sem dúvidas a Associação Hegemônica me permitiu se desenvolver em muitos sentidos.

A todos os meus colegas de sala que ao longo desses quatros anos estiveram comigo diariamente, aprendendo, compartilhando aprendizados e construindo agradáveis lembranças.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

“Não tem como ter um país desenvolvido sem investir em educação”. Luis Inácio Lula da Silva.

RESUMO

No dia 11 de setembro de 2001 os Estados Unidos da América sofrem um dos maiores atentados terroristas de toda a história da humanidade e o maior em solo norte-americano, integrantes do grupo muçumano Al-Qaeda executam ataques suicidas usando como armas aeronaves comerciais contra símbolos históricos e importantes do país, resultando em uma tragédia sem precedentes com milhares de vítimas, uma mudança repentina nas relações entre as nações e no foco da agenda de discussões global. Era o início de um novo período nas relações internacionais. O presente trabalho busca fazer uma análise da política de segurança norte-americana após o 11 de setembro, observando todo o contexto do período final da Guerra Fria em relação a atuação dos Estados Unidos na região do Oriente Médio e como o país se tornou o alvo principal do grupo que executou esses atentados.

Palavras-chave: 11 de setembro; Estados Unidos da América; Al-Qaeda; Segurança Internacional; Terrorismo.

ABSTRACT

On September 11, 2001, the United States of America suffered one of the largest terrorist attacks in human history and the largest on American soil. Members of the Muslim group Al-Qaeda carry out suicide bombings using commercial aircraft as symbols. the country's historical and important history, resulting in an unprecedented tragedy with thousands of victims, a sudden shift in relations between nations and the focus of the global agenda for discussion. It was the beginning of a new period in international relations. The present paper seeks to analyze US security policy after 9/11, looking at the full context of the late Cold War period in relation to US action in the Middle East region and how the country became the target. of the group that carried out these attacks.

Keywords: September 11th; USA; Al Qaeda; International Security; Terrorism.

LISTA DE FIGURAS

Fotografia 1 – Palácio de La Moneda.	32
Mapa 1 - Invasão do Afeganistão (1979)	35
Mapa 2 - Mapa do Kuwait	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
FBI	Departamento Federal de Investigação
ISAF	Força Internacional de Assistência Para Segurança
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
TSA	Escritório de Segurança no Transporte
UE	União Europeia
URSS	União Soviética

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O NEORREALISMO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	15
2.1 A construção do Realismo: a influência de teóricos clássico.....	15
2.2 Realismo clássico e Neoclássico.....	18
2.3 Realismo estrutural ou Neorealismo.....	23
3 TERRORISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA PERSPECTIVA NEORREALISTA.....	26
3.1 A busca por uma definição.....	27
3.2 Terrorismo de Estado.....	30
3.3 Terrorismo Internacional.....	33
3.3.1 Al-Qaeda: suas premissas e a ‘operação aviões’.....	34
4 11 DE SETEMBRO DE 2001: O GOVERNO BUSH E A CONSTRUÇÃO DA GUERRA AO TERROR.....	40
4.1 A transformação do presidente George W. Bush.....	41
4.2 Doutrina Bush: o início da Guerra ao Terror.....	45
4.3 Análise da Política de Segurança de 2002 (Doutrina Bush).....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise das políticas adotadas na segurança pelo o governo do presidente George W. Bush após os atentados terroristas do dia 11 de setembro de 2001. Os acontecimentos desse dia entraram para a história por diversos motivos, primeiro pela engenhosidade do ataque, que aconteceu de forma rápida, com milhares de vítimas e um alto grau de destruição, não só estrutural, mas como também econômico, político e social, tudo isso contra a maior potência militar do mundo. Segundo, pelo o modo como ocorreram os ataques, de forma inédita terroristas suicidas usaram aviões comerciais para executar os atentados, mostrando o tão qual era vulnerável a segurança das aviações, mais que isso, do próprio Estado, que mesmo possuindo tantos recursos de proteção, como no caso dos EUA, não foram capazes de combater terroristas que possuíam basicamente facas como armas. Todos os eventos desse dia foram transmitidos ao vivo para todo o mundo pelas as emissoras de televisão e rádio. Contudo, esses pontos nos mostram a grandiosidade dos fatos, indo muito além de apenas um atentado terrorista, o 11 de setembro é resultado de uma série de acontecimentos e o marco de um novo período nas relações internacionais, que como veremos liga-se a acontecimentos do passado, tanto os atentados como também a resposta formulada pelo os EUA.

O segundo capítulo aborda a estruturação da base teórica do trabalho, o Neorrealismo será utilizado como teoria principal, abordando, primeiramente, suas premissas no Realismo, assim, será apresentada a influência de teóricos clássicos, o Realismo Clássico, Neoclássico e Estrutural, mostrando a importância dessa escola na construção da teoria neorrealista. Por ser uma teoria que foi formulada recentemente ela nos permite observar e explicar acontecimentos atuais de uma forma mais crítica resultando assim em uma análise mais vasta.

Além disso, o trabalho vai discutir, a partir do terceiro capítulo, o conceito de terrorismo dentro da visão neorrealista, de modo que se compreenda pontos que foram fundamentais na criação e consolidação da Al-Qaeda e que possibilitou o grupo arquitetar e executar um ataque dessa magnitude. Nesse contexto, iremos abordar de forma mais aprofundada o terrorismo de Estado e Sub-Estado, usando a situação política da América do Sul, mais especificamente do Brasil e Chile, nas décadas de 1960 e 1970 como exemplo, observando todo o contexto da Guerra Fria nos dois casos.

Para, a partir de então, explorar o contexto histórico da Al-Qaeda, abordando as suas premissas, como o grupo surgiu, em qual contexto, o apoio tanto econômico quanto político

de países na sua consolidação, a sua rápida expansão, a relação com os EUA ao longo de toda a sua história e, por fim, o projeto que culminou no 11 de setembro, que como veremos mais a diante surgiu de uma operação que tinha pretensões ainda mais gigantescas.

O tema é significativo e deve ser analisado, visto a tudo que ele representa. O 11 de setembro é um marco importante nas relações internacionais e na segurança internacional, a partir dele o terrorismo passa a ser o ponto de pauta principal da agenda global, isso devido a sua força, ao seu grau de destruição que se mostrou extremamente poderoso, a tal ponto, resultando em uma guerra, a chamada Guerra ao Terror, que aumentou de forma muito significativa os números de conflitos e conseqüentemente de mortes no Oriente Médio. Ainda, além de resultar em um agravamento do caos no sistema político e econômico da região, conforme veremos no quarto e último capítulo.

Em relação ao plano de segurança adotado pelo o governo do presidente Bush após os ataques, observaremos que o documento apresentava uma série de reformas na segurança do país voltadas, principalmente, ao combate das ações terroristas. Além disso, consolida-se novos rumos na política externa que vão de encontro a uma agenda mais unilateralista, com uma ligação muito forte aos projetos, em grande parte não executados, do governo de George H. W. Bush (Bush pai). Contudo, a pergunta norteadora do trabalho é: Quais os objetivos da Estratégia de Segurança de 2002 (Doutrina Bush) com a declaração da Guerra ao Terror, e quais foram os impactos dessa guerra?

Para responder o questionamento apresentado, o trabalho pauta-se em analisar todo o contexto histórico referente a política de segurança e o papel dos norte-americanos nas relações internacionais a partir do período final da Guerra Fria, mais especificamente, a partir do governo do presidente George H. W. Bush (1989 – 1993), iniciando em um momento único na história do país, com a derrota da União Soviética (URSS) e o seu sistema comunista, onde os EUA surgem como uma superpotência hegemônica. Dessa forma, é realizado uma análise superficial da Doutrina Powell, política de segurança adotada por H. W. Bush, como uma forma de contextualizar os motivos pelo o qual os EUA se tornaram o alvo principal do grupo terrorista Al-Qaeda.

Após isso, o estudo parte para o governo de George W. Bush, observando a atuação no período em que antecedeu o 11 de setembro e, em seguida, o período que sucedeu. Analisando-se a construção da Guerra ao Terror através de análises dos discursos do presidente Bush. Com isso, busca-se se compreender qual a relação do presidente Bush com a população, como se deu o apoio à guerra por parte dessa.

A pesquisa prioriza a compreensão desses impactos no Oriente Médio, como veremos foi a região mais atingida pela a Guerra ao Terror. Então, é observado: I) as justificativas dos EUA em intervir nessa região; II) os objetivos, se eles foram cumpridos de fato; III) quais os impactos econômicos, políticos e sociais consequentes da guerra; IV) os resultados da guerra em aspectos mais gerais.

O objetivo geral é analisar a estratégia da política de segurança do governo de George W. Bush, objetivos e, como já citado anteriormente, os seus impactos. Com isso, os objetivos específicos farão com que ao final dessa pesquisa, o leitor compreenda, primeiramente, o papel da teoria base, no caso a Neorrealista, tanto na contribuição quanto na análise dessa política; as proporções de um ataque terrorista como esse; as pretensões do grupo terrorista Al-Qaeda; a influência dos EUA na agenda global; relacionar a atual conjuntura internacional, no tocante ao terrorismo e a situação do Oriente Médio, aos fatos analisados; e por fim, os pontos mais relevantes da Estratégia de Segurança de 2002 (Doutrina Bush), onde será apresentado ao leitor com quais intuítos ela foi elaborada e sua ligação com projetos do passado.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa analítica que aborda os conceitos fundamentais das teorias Realista e Neorrealista, buscando identificar pontos importantes na compreensão do terrorismo e segurança, no que se refere a todo o contexto ligado ao tema principal da pesquisa. Em relação à organização metodológica, a pesquisa é qualitativa e se desenvolve através dos conhecimentos, métodos e técnicas científicas que passam por inúmeras fases até ser condicionada ao resultado final. O levantamento dos dados e informações para análise será feito através de artigos, documentos, método bibliográfico, análise de discursos e sites governamentais.

2 NEORREALISMO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O objetivo do presente capítulo é fazer uma abordagem teórica utilizando como base as chaves interpretativas da teoria neorrealista. Para isso será construída uma análise das principais obras que fazem parte dessa escola delineando o início desse pensamento, suas categorias de análise e formas através das quais esse pensamento dá suporte para o tema principal deste trabalho, o terrorismo.

De acordo com Nunes (2012, p. 1) as teorias dentro das Relações Internacionais possuem três propósitos fundamentais: análise da realidade; constituição da realidade; prática política. Para ele, esses três propósitos, relacionados entre si, constituem três níveis de intervenção que devem ser reconhecidos.

A teoria possibilita, seja qual for a área de conhecimento, chegar-se a fatores organizacionais fundamentais na construção de uma pesquisa, ela permite, através de um recorte do campo de estudo, estruturar e compreender um problema. Além disso, oferece instrumentos de análises de um dilema. O entendimento de uma teoria nos leva a um método para avaliar os problemas dos quais a sociedade se confronta (KURKI; WIGTH, 2013, p. 14 - 15).

Ao longo desse capítulo veremos a importância da teoria neorrealista nas Relações Internacionais, mas, antes de abordarmos ela de fato, será feita uma análise da construção desse pensamento com suas premissas no Realismo, fundamentando-se as bases teóricas para a discussão do tema principal desse trabalho. Essa construção inicia-se a partir da visão Realista em relação ao sistema internacional, o papel do Estado e o anarquismo até sua atualização com o Neorrealismo.

2.1 A construção do Realismo: a influência de teóricos clássicos

O realismo clássico é uma escola que tem suas premissas ligadas a uma tradição de pensamento político, principalmente por parte dos seus pensadores Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, que foram importantes colaboradores na criação dos pressupostos da teoria Realista. Os dois foram responsáveis por uma evidenciação e sistematização no que se refere ao entendimento das relações entre Estados e na análise do comportamento humano (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

De acordo com Pecequillo (2004, p. 28) a famosa obra, O Príncipe, escrita por Maquiavel proporcionou uma complexidade e difusão na perspectiva Realista. Na obra o

pensador explora bastante a questão política, enfatizando diversos aspectos que vão de encontro a ambição, competição e entre outras coisas que ligam o homem ao o poder, seja ele no âmbito interno ou no externo, com um olhar ganancioso visando seu aumento de ganhos, autonomia e sobrevivência.

Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) foi um filósofo, historiador, poeta e diplomata que nasceu e viveu em Florença, construiu uma carreira como político e desafiou o poder da igreja católica nas suas principais obras.

Em relação ao Estado, Maquiavel defende que sua sobrevivência seria garantida por ele mesmo, através dos seus diversos elementos, de funcionamento, como o povo, o território e o governo soberano, resultando assim em um caráter central dele na anarquia internacional. Segundo a sua interpretação, a segurança internacional, no que se refere ao Estado, está ligada diretamente a demonstração de força, ou seja, ele sempre estará preparado para resolver questões através de vias não diplomáticas, como a guerra ou apenas demonstrar força como uma forma de poder, concluindo que no sistema internacional a cooperação é inexistente, tendo em vista que os Estados sempre estão preparados para fazer o uso da sua força (PINTO; BRAVO, 2016, 131 - 133).

Segundo Pecequilo (2016), Maquiavel defende o modelo político republicano por entender que a estabilidade construída dentro dele e através de suas instituições seguem leis criadas pelo o homem, o que permite a dissolução das energias que são geradas nos conflitos, garantindo assim a liberdade e a estabilidade na comunidade política. Maquiavel fundamenta seu modelo republicano em três pilares: I) liberdade popular; II) igualdade social; III) participação política. Quando esses três pilares não funcionam da maneira correta podem resultar na corrosão interna, corrupção do governo e do povo e ameaças externas (PECEQUILO, 2016, p. 23 - 26).

Esses três pilares apresentados por Maquiavel são as bases para uma forma consolidada de democracia, a partir do momento em que o Estado garante ao indivíduo a sua liberdade, possibilita a igualdade e, principalmente, lhe permite tomar escolhas políticas, esse Estado está sendo democrático, já que ele está garantindo que o indivíduo atue no seu funcionamento, sem interferir nos seus direitos.

Maquiavel apresenta um pensamento importante na contribuição do entendimento das Relações Internacionais, principalmente em relação a compreensão acerca da segurança e relações entre Estados, com uma visão pessimista da natureza humana, assim como Hobbes.

Thomas Hobbes (1588 – 1679) foi um matemático, teórico político e filósofo inglês, que escreveu obras importantes como *Leviatã* (1651), onde explanou os seus pontos de vista

sobre a natureza humana e sobre a necessidade de um governo e de uma sociedade fortes, sendo considerado um dos pensadores mais marcantes da chamada Era Moderna. Segundo Hobbes (1979):

O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam jus naturale, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e consequentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim (HOBBS, 1979, p. 78).

O medo constante com a noção que a natureza humana é má e violenta, faz com que os indivíduos busquem estabelecer entre si, através de diversos modos, uma convivência harmoniosa, ou pelo menos racional, com uma transferência de direitos ou submissões que possibilitem edificar a sociedade e instituir o Estado. Conforme explica Barnabé (2014, p. 143), essas transferências formam um contrato social, legitimado pelo o consenso, constituindo-se assim o fundamento do poder estatal (BARNABÉ, 2014, p. 143). Barnabé (apud PALTI, 2010, p. 143) ainda afirma que se estabelecem dois pactos, são eles: “o pactum societatis que constitui o corpo social e o pactum subjectionis que estabelece a submissão integral do indivíduo à sociedade estatal”. E completa afirmando que os dois pactos, segundo Hobbes, estão intimamente ligados, o que torna impossível o rompimento de um sem o fim do outro.

O Estado Leviatã de Hobbes, diferente do que possa parecer, não representa o terror. Segundo Barnabé (2014) esse Estado:

É estabelecido como antítese da natureza humana, do homem natural, com a missão de superar o terror que caracteriza o estado de natureza. É importante salientar que o estado de natureza hobbesiano não se aplica a um momento específico da história da humanidade, mas corresponde à essência humana, independentemente do tempo e do espaço. Assim, o homem é selvagem por natureza; o Estado o redime, o salva. (BARNABÉ, 2014, p. 144).

Então, a partir desse pensamento pode-se concluir que para Hobbes a essência humana, mais especificamente o indivíduo, é selvagem por natureza. Ele também defende que qualquer manifestação desses indivíduos contra o Estado é considerada uma contradição, já que esse Estado é formado a partir de um consenso entre eles, buscando-se construir uma base que garanta o bem comum, acima de qualquer egoísmo (BARNABÉ, 2014, p. 144).

De modo geral o cenário hobbesiano é de incertezas e guerra perpetua de todos contra todos, no pré-civilizacional estado de natureza. Hobbes considera o Estado como ator

central unitário e racional, possuindo um cerco formado por uma estrutura de permanente conflito e um sistema anárquico (MIGUEL, 2010, p. 1).

2.2 Realismo clássico e Neoclássico

A partir da década de 1920 após o lançamento da obra de Edward Hallet Carr, *Vinte Anos de Crise – 1919 – 1939*, o pensamento Realista torna-se o principal crítico ao pensamento Idealista, resultando no primeiro grande debate no campo de estudo das Relações Internacionais. A obra de Carr criticava o modelo aplicado na ordem econômica e na política internacional e defendia que esse modelo não era capaz de manter o seu objetivo principal: manter a estabilidade. Pecequillo (2016, p. 50-51) afirma que o teórico recupera as bases sobre a natureza humana, a guerra e o Estado, mesmo que ainda ele reconheça as questões éticas e morais como partes fundamentais da política.

Para Carr o Idealismo parte de pressupostos equivocados em relação à natureza humana, principalmente no que se refere as questões de promoção da paz e a integração entre os povos, em tal situação o poder ficaria em segundo plano. O que não condiz com a realidade das relações entre as nações e até mesmo entre as próprias relações humana. O poder sempre é um fator essencial nesses casos, o que torna essa lógica falha. Carr tem um pensamento semelhante ao de Maquiavel e Hobbes em relação ao poder, para ele o homem é ganancioso e essa busca por poder sempre tende a aumentar. Pinto e Bravo (2016, p. 140) apontam esse comportamento dentro da guerra, eles defendem que ela sempre é iniciada por motivos de segurança e logo se torna uma guerra de agressão e egoísmo.

Dentro dos estudos das relações internacionais, os realistas defendem a ideia de como o mundo é e não como ele deveria ser, ou seja, eles têm uma visão pessimista da natureza humana, mais precisamente uma convicção de que as relações internacionais são, necessariamente, conflituosas. Assim, partindo da ideia de que os indivíduos são egoístas, o realismo se impõe como visão de mundo dominante entre analistas tomadores de decisão. Ao mesmo tempo que existe uma ampla diversidade no que se refere as razões aparentes desse domínio, os autores observam que há uma riqueza de percursos históricos e de princípios básicos, como também pensadores originais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 21 - 22).

Ao contrário dos idealistas os realistas afirmam que o estado de guerra é inevitável, isso porque há sempre uma busca por parte desses estados de maximizar o seu poder, esses diversos tipos de interesses consequentemente resultam em conflitos. Por isso, os realistas

buscam compreender como funciona o jogo político dentro das relações internacionais e como ocorre essa busca pelo poder (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 22).

Ainda segundo eles:

A grande diversidade e a ampla riqueza do realismo tornam a tarefa de definir premissas comuns a todas as vertentes do pensamento realista uma tarefa árdua. Contudo, das tradições herdadas de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, algumas premissas podem ser consideradas comuns a todos os realistas. Essas premissas são a centralidade do Estado, que tem por objetivo central sua sobrevivência, a função do poder para garantir essa sobrevivência [...] (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 23).

Os autores ainda apresentam duas características que são comuns a vários realistas, a primeira refere-se a ênfase no que acontece no sistema internacional, mais especificamente os teóricos defendem que o que ocorre no âmbito interno dos Estados não é relevante para a análise das relações internacionais. A segunda é em relação ao pessimismo pronunciado e definitivo em relação a natureza humana (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 23).

Na visão realista o Estado é apresentado como ator central que tem como principal objetivo a defesa do interesse nacional. Segundo Nogueira e Messari (2005), de forma bem resumida, nas Relações Internacionais a função do Estado pode ser definida em duas maneiras:

Manter a paz dentro das suas fronteiras e a segurança dos seus cidadãos em relação a agressões externas. Dessas formas, todos os Estados acabam desenvolvendo a mesma função: a estabilidade doméstica, e a segurança em relação a agressões externas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 24).

Então podemos compreender a partir do pensamento de Nogueira e Messari (2005), que o Estado se caracteriza pelo monopólio do uso legítimo da força, o que o torna um ator unitário e racional, agindo de acordo com os seus interesses nacionais, no caso na defesa dele de forma homogênea.

Carr (2001) defende que o poder, na perspectiva Realista, é essencial para todo o sistema político, em todos os sentidos, desde o poder de opinião até o poder em relação a capacidade de um Estado, como o militar e o econômico. Para ele todos possuem a mesma importância, sendo essencial no funcionamento e nas relações dos Estados.

No final da década de 1940 surge Hans J. Morgenthau com a proposta de criar uma organização metodológica com o objetivo de teorizar o Realismo de fato. O teórico apresenta um olhar considerado até então peculiar em relação a perspectiva Realista. Para Morgenthau a

busca pelo poder é a dinâmica central das relações internacionais, já que essa busca é objetivo imediato do Estado, pois, segundo ele: “A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato” (MORGENTHAU, 2003, p.49). Seguindo esse contexto, de acordo com Nogueira e Messari (2005):

Enquanto alguns atores definem o poder como a soma das capacidades do Estado em termos políticos, militares, econômicos e tecnológicos, outros estabelecem uma definição de poder em termos relativos, ao definirem o poder de um Estado não em relação a sua capacidade intrínsecas, mas sim em comparação com os demais Estados com os quais compete (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 28 – 29).

Esse jogo estratégico dos Estados explica a questão do medo em relação ao outro nas guerras, a busca pelo poder como forma determinante para demonstrar força. O que demonstra também o poder de influência no sistema internacional, essas questões interferem diretamente nas relações e decisões dos Estados. Em grande parte, a explicação para o modo como ocorre essa balança de poder é o fato do sistema internacional ser anárquico. Segundo Nogueira e Messari (2005):

A anarquia é o conceito definidor do realismo nas relações internacionais. O que se entende por anarquia não é propriamente o caos, mas sim a ausência de uma autoridade suprema, legítima e indiscutível que possa ditar as regras, interpretá-las, implementá-las e castigar quem não obedece. Em oposição ao que ocorre no plano doméstico, os realistas consideram que não existe nas relações internacionais um único soberano que tenha o monopólio do uso legítimo da força (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 26).

A discussão em torno do conceito de anarquia sempre está bem presente nas relações internacionais e a definição apresentada por Nogueira e Messari (2005) está relacionada ao primeiro grande debate em torno do conceito, consolidando essa visão da anarquia como uma falta de autoridade superior aos Estados na ordem internacional. Esse debate passou por um longo processo de construção na disciplina, recebendo uma grande contribuição de Morgenthau e que fortaleceu o conceito nas Relações Internacionais.

Em sua obra “A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz”, publicada em 1948, Hans Morgenthau estabelece os seis princípios básicos para a Política Internacional, que são eles:

- I) A política obedece a leis objetivas que são fruto da natureza humana, assim ele afirma que para melhorar a sociedade é necessário entender as leis pelas

quais a sociedade se governa. Uma vez que o homem desafie essas leis, elas terão de incorrer no risco de fracasso;

- II) Os interesses dos Estados sempre vão ao encontro com a obtenção de poder; Morgenthau afirma que uma teoria política, de âmbito internacional ou nacional, desprovida desse conceito, seria inteiramente impossível;
- III) O Realismo parte do princípio que o poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente, ou seja, o Realismo reage à realidade política em transformação;
- IV) Os princípios morais são guias políticos, entretanto não são subordinados aos interesses da ação política, ou seja, esses princípios morais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar. Então, o princípio da ética pode ser usado como mecanismo de justificação e legitimação da ação dos Estados, mas não servem para julgar o comportamento destes;
- V) “O realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo”. Morgenthau defende que os princípios morais de uma nação não devem ser aceitos como universais, já que nenhuma visão pode ser considerada mais verdadeira ou correta;
- VI) A esfera política tem autonomia sob as outras, jurídica e religiosa. Ele considera uma atividade séria e sem inspiração das limitações e das imperfeições humanas. Basicamente, Morgenthau, defende que a esfera política é autônoma, ou seja, ela não é sujeita a nenhuma outra ciência. A política internacional possui suas próprias leis e regras.

As seis perspectivas apresentadas por Morgenthau é uma análise objetiva dos fatos, o que fez com que a teoria Realista fosse a escolhida para explicar os conceitos e razões em relação ao comportamento dos atores internacionais. Essas perspectivas serão usadas como base para o desenvolvimento do próximo capítulo.

Na visão de Kropotkin (1885, p.35) o anarquismo:

É o nome dado ao princípio ou teoria de vida e conduta em que a sociedade é concebida sem governo (...) a harmonia em tal sociedade é obtida, não pela submissão a leis, ou pela obediência a alguma autoridade, mas pela livre concordância estabelecida entre vários grupos, territoriais e profissionais, livremente constituídos em favor da produção e do consumo, e também para a satisfação da infinita variedade de necessidades e aspirações de um ser civilizado. Em uma sociedade desenvolvida nessas linhas, as associações voluntárias que estarão presentes em todos os campos da atividade humana se estenderão de tal forma que substituirão o estado em todas suas funções. Elas constituirão uma rede composta por uma variedade infinita de grupos e federações de todos os tamanhos e graus, locais, regionais, nacionais e internacionais temporárias ou mais ou menos permanentes para todos os possíveis propósitos: produção, consumo e troca, comunicações, arranjos sanitários, educação, proteção mútua, defesa do território, e assim por diante; e, por outro lado, para a satisfação de um número crescente de necessidades científicas, artísticas, literárias e sociais (KROPOTKIN, 1885, p.35).

Kropotkin (1885) apresenta uma definição para anarquia que segue o pensamento do primeiro grande debate em relação à ausência de um governo, assim como, Nogueira e Messari (2005), mas desenvolve esse pensamento num âmbito interno. O autor observa apenas o Estado e todos os seus elementos e não o sistema internacional como um todo, como nos dois primeiros casos. Todavia, os anarquistas seguem um pensamento que vai contra o Estado, eles defendem sua abolição, seja ele democrático ou não, isso devido ao modo como o Estado impõe ao indivíduo determinadas regras e leis que caso não sejam cumpridas resultam em punições, às vezes severas a depender do regime político ou situação específica.

Segundo Luigi (2014):

Para o anarquista, o Homem é por natureza um ser livre e responsável, consciente dos seus deveres e das suas responsabilidades perante os outros e perante si mesmo, que tem a capacidade de dar princípios a si próprio, sem ter que necessariamente obedecer a ordens ou princípios exteriores que limitam a sua liberdade natural e o mantêm numa situação de menoridade. Verifica-se assim na concepção anarquista, uma valorização da autonomia do indivíduo e uma condenação de tudo aquilo que seja contrário a essa valorização (LUIGI, 2014, p. 4).

Desse modo, o teórico defende que os anarquistas entendem o Estado como um meio de controle e manipulação desses indivíduos, isso devido a um jogo de interesses relacionados à busca de poderes e privilégios. O que vai contra a autonomia do indivíduo e, conseqüentemente, contra a essa valorização. Sem o Estado não haveria os seus elementos, entre eles o território (área geográfica específica e delimitada sobre a qual aquele ente exerce sua total soberania) e o governo soberano (elemento que se constitui pelo o poder político que administra a atividade de consecução das finalidades estatais) que foram e são os causadores dos maiores conflitos e guerras de toda a história da humanidade. Conforme ainda explica Luigi, (2014) a ideia de anarquia em relação ao papel do Estado nas Relações Internacionais pode ser entendida da seguinte maneira:

"Anarquia" em RI pode ser então entendida na lógica que os Estados são os atores internacionais mais importantes, porque não existe autoridade acima deles. Considerando que indivíduos dentro de um Estado devem obedecer à lei da terra para não serem responsabilizados pela autoridade coercitiva nacional, os Estados no sistema internacional são soberanos só para baixo, e não para cima (LUIGI, 2014, p. 5).

Luigi apresenta um pensamento muito semelhante aos demais autores citados anteriormente, trazendo para a sua definição uma comparação ao modo como funciona o Estado no âmbito interno e externo.

2.3 Realismo Estrutural ou Neorealismo

A teoria neorrealista é considerada uma das mais influentes abordagens contemporâneas nas Relações Internacionais, foi descrita pela primeira vez em 1979 por Kenneth Waltz em seu livro "Theory of International Politics", como uma resposta as deficiências do realismo clássico. Nessa obra o autor aborda o comportamento das unidades, explicando como esse comportamento é resultado da estrutura sistêmica em que estão inseridas. Assim, podemos considerar Waltz como o responsável pelo início do debate neorrealista, levantando questionamentos em relação ao papel do Estado e o jogo político em torno da busca pelo poder com premissas no realismo clássico.

A partir da tradição liberal, elaborada no começo do século XX, a Teoria das Relações Internacionais se segmentou em paradigmas, entre os quais figuram o Idealismo-liberal e o Realismo. Contudo, os eventos que marcaram o período pós-Segunda Guerra Mundial evidenciaram a necessidade de se reformular esses paradigmas, para tornar suas interpretações teóricas compatíveis com o sistema internacional em formação (PERES, 2009, p. 70).

Peres (2009, p.70) se refere às teorias Neorrealista e Neoliberalista, que assim como a primeira, foi desenvolvida entre a década de 1970 e 1980, cenário onde se começava a desenhar o fim da Guerra Fria, portanto, era necessária uma dinâmica que se adaptasse a nova fase das Relações Internacionais.

Para os neorrealistas é importante compreender o sistema internacional anárquico. Waltz defende que essa compreensão é fundamental baseando-se na estrutura como elemento central e ordenador do sistema internacional, também chamado de realismo estrutural. Desse modo, retomando o pensamento de Luigi (2014, p.7), "A diferença fundamental entre o

realismo clássico e o neorealismo está na forma como se encara o poder: enquanto para o primeiro o poder é um elemento em si e por si, para os neorealistas ele está ligado à distribuição das capacidades dos Estados”.

Nas relações internacionais a perspectiva neorrealista é “uma abordagem estadocêntrica que se apoia no argumento da polaridade de poder: não se tratando de bipolaridade, ou então de unipolaridade ou multipolaridade” (BUZAN, 2002, p. 235). Seguindo essa lógica Buzan observa que:

Essa discussão gira em torno da distribuição de poder material no sistema internacional que, no neorealismo, determina a estrutura política global (e como desdobramento a de segurança também) e sua interação com a lógica do equilíbrio de poder (Buzan, 2002 apud Waltz, 1979, p. 235).

O pensamento de Waltz analisado por Buzan nos permite observar como funciona o papel do poder no Sistema Internacional na visão neorrealista, influenciando diretamente no equilíbrio das relações internacionais. Waltz apresenta uma explicação mais científica acerca desse sistema, uma análise que sofre uma forte influência dos modelos positivistas da economia.

Segundo Buzan (2002), neorealistas tem a possibilidade de focar nos Estados Unidos o alvo e a responsabilidade a réplica dessa grande onda de terrorismo internacional:

O 11 de setembro pode ser interpretado como uma consequência da unipolaridade (frustração na periferia no que diz respeito ao poder, presença e influência dos Estados Unidos, e a falta de um elemento de equilíbrio entre os dois), e a resposta dada como um exemplo da estrutura de poder unipolar em operação (vários atores agindo por pura imitação na forma de uma coalizão liderada pelos Estados Unidos) (BUZAN, 2002, p. 246-247).

Ainda de acordo com o autor, os neorealistas também têm a possibilidade de analisar o 11 de setembro ligado ao realinhamento das relações entre os grandes poderes e também enfatizar o fortalecimento do Estado e das políticas de segurança para a sua proteção e segurança investigando qualquer tipo de atividade suspeita. Após completar um ano dos atentados do dia 11 de setembro o então presidente dos EUA, George W. Bush, publicou a "Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos"¹ (BUSH, 2002), que mais tarde ficou conhecida como doutrina Bush. O documento basicamente declarava que o país poderia fazer qualquer tipo de interferência por conta própria contra qualquer outro país que representasse

¹ Uma série de princípios relacionados com a política externa adotadas pelo o governo de George W. Bush, declarados como resultado dos atentados de 11 de setembro de 2001.

uma ameaça aos “valores americanos”, mesmo que não houvesse provas de um possível ataque; essa política adotada pelo o governo ficou conhecida como ataque preventivo.

Esse realimento dentro do neorealismo é explicado por Waltz (1979), em sua obra *Theory of International Politics* define os Estados como as unidades principais, uma vez que só a partir da interação deles é possível haver alterações na estrutura do Sistema Internacional. Segundo o autor essa estrutura é definida através de três funções: a primeira é a anarquia, considerado como o princípio ordenador, já que no Sistema Internacional não existe um poder soberano; as características das unidades; e, por fim, o modo como ocorre a distribuição de recursos entre essas unidades, é o que caracteriza e diferencia os Estados dentro do sistema.

Segundo Batista e Pecequilo (2009):

Os atentados de setembro de 2001 correspondem a respostas que a equipe neoconservadora formada ao redor de Bush filho (com destaque a nomes como Paul Wolfowitz, Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Condoleezza Rice) buscava para um reengajamento do país no Sistema Internacional, com a identificação de novos inimigos que substituiriam os comunistas, derrotados ao fim da Guerra Fria (BATISTA; PECEQUILO, 2009, p. 64).

Batista e Pecequilo (2009) observam que a Doutrina Bush que nasce através da Estratégia de Segurança Nacional de setembro de 2002, é o marco inicial das mudanças na política externa norte-americana, mesmo mantendo os chamados valores americanos ligados a promoção da democracia, paz e liberdade, segundo o próprio presidente Bush em seus discursos, agora busca-se alcançar esses valores através do uso de meios militares e unilaterais. Nesse caso são as intervenções em países que possam apresentar algum tipo de risco a segurança da humanidade, derrubando regimes autoritários e expandindo os regimes democráticos, conforme abordado anteriormente (BATISTA; PECEQUILO, 2009, p. 65).

Este capítulo construiu uma análise da teoria Neorrealista partindo das suas premissas no Realismo clássico, com autores como Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Edward Hallett Carr, Hans J. Morgenthau e Kenneth Waltz. Desse modo, foi analisado a contribuição de cada um nessas teorias e a sua importância dentro do campo dos estudos das Relações Internacionais. Além de abordar o conceito acerca do tema central da pesquisa, terrorismo. Essas teorias, o conceito de terrorismo e o capítulo como um todo servirá como base para a compreensão do objetivo da pesquisa.

3 TERRORISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA PERSPECTIVA NEORREALISTA

O terceiro capítulo tem como objetivo discutir através de uma visão neorrealista as definições e discussões acerca do conceito de terrorismo, abordando as diferenças apresentadas, como veremos, varia de acordo com distintos contextos e objetivos políticos. Além disso, será abordada a transformação do grupo terrorista Al-Qaeda. A proposta teórica pauta-se em um debate sobre o fenômeno político do terrorismo contemporâneo, observando como ele ganha um destaque na agenda mundial com os ataques terroristas do dia 11 de setembro de 2001, culminando em um novo período de discussões acerca do conceito, classificações e, principalmente, o poder do terrorismo. Ainda, questionando-se qual a capacidade de destruição de pessoas ou grupos que praticam esses tipos de ações.

Desde os atentados do dia 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos da América (EUA) o conceito de terrorismo está cada vez mais presente nas discussões dentro das Relações Internacionais. Uma operação com características diferentes se comparado com qualquer outro tipo de ação já executado em toda a história da humanidade, pois se lança contra uma hegemonia que também apresentou pontos de vulnerabilidade em seu sistema de segurança, mesmo possuindo um dos maiores exércitos e setores de inteligência do planeta. Os EUA e o mundo pararam diante dos acontecimentos: os norte-americanos em função do atentado e o mundo pela perplexidade em questão de poucas horas. A população mundial se questionava em relação a sua própria segurança, iniciando assim um novo período na história que engajaria às forças hegemônicas numa luta internacional contra o terrorismo tendo nas políticas de segurança o centro das discussões da agenda global.

Com esses atentados surge uma agenda de reformas políticas nos EUA. A princípio dentro das empresas aéreas, tendo como consequência a adoção de medidas que também foram incorporadas em outros países tornando os procedimentos de segurança mais rígidos. O governo norte-americano rapidamente criou órgãos dentro do governo para tratar exclusivamente dessas questões: o primeiro foi o TSA (Escritório de Segurança no Transporte), criado após o presidente Bush assinar um Ato de Segurança para transportes e aviação. Além da criação desse órgão, o ato exigia uma fiscalização maior dos pertences dos passageiros, obrigando que todas as bagagens passassem por uma triagem comandada por oficiais federais. As portas de cockpit, que são as portas das aeronaves, foram todas reforçadas, principalmente as que dão acesso a cabine do piloto e, por fim, previa uma expansão do número de policiais federais em voos. Outras medidas também foram sendo

tomadas ao longo do tempo, como a permissão de posse de armas de fogo para pilotos que tivessem interesse e a obrigatoriedade de detectores de explosivos em todos os aeroportos estadunidenses.

Com o desenvolver da pesquisa esses fatos serão tratados de forma mais aprofundada, conforme os aspectos históricos começarem a ser abordados. Esses elementos por enquanto serão usados apenas como uma forma de contextualizar o tema principal da pesquisa ao objetivo desse capítulo.

3.1 A busca por uma definição

Segundo Lopes (2017, p. 28), diferente do que é difundido, o terrorismo possui uma história longa e difícil de se mapear porque a literatura possui diversas linhas para estruturar a evolução lógica sobre a questão da ameaça. Ou seja, temos diversos autores que estudam acerca dessa evolução histórica, mas nada é muito linear e fácil de identificar. A autora também afirma que:

[...] as incongruências da história fazem do terrorismo um conceito essencialmente contestado. Tal como a segurança, o seu significado difere entre contextos político-sociais e a sua definição constitui um dos debates mais controversos a nível académico e internacional (LOPES, 2017, p. 28).

Essa definição está sempre determinada pela história, cultura e políticas das nações e organizações internacionais. Encontrar um consenso em relação a definição do termo torna-se praticamente impossível. Outra questão é em relação a abordagem porque são inúmeras as diferenças no modo como o governo, a religião, o meio acadêmico e criminal interpreta o terrorismo, não havendo uma abordagem considerada certa ou errada (ALCÂNTARA, 2015, p. 2). Ainda segundo ela:

Um ato terrorista pode ser considerado criminoso e com consequências políticas, ou pode ser visto, dependendo do contexto, como um sacrifício religioso; ou ainda o atentado em si pode ser considerado um meio de comunicação, a fim de passar uma mensagem de terror para as pessoas (ALCÂNTARA, 2015, p. 2).

Assim, um terrorista possui diversas interpretações e diversos interesses a depender da autoria, que sempre tem um objetivo por trás do ato, sendo essa a única característica comum entre eles, o objetivo. Esses três pontos destacados por Alcântara (2015) podem ser

encaixados na análise do cenário dos atentados do dia 11 de setembro de 2001 nos EUA e nos ajudar a indicar o terrorismo de que tratamos nesta monografia:

- I) Criminoso com consequências políticas: o governo norte americano e as políticas de segurança adotadas após os atentados;
- II) Sacrifício religioso: os membros da Al-Qaeda que executaram os atos suicidas em nome da sua religião;
- III) Meio de comunicação: o grupo Al-Qaeda que responde as interferências dos EUA no oriente e executa os atentados como uma forma de passar uma mensagem para o país e para o mundo.

Seguindo estes pontos e termos gerais podemos também utilizar e destacar os três conceitos que Rogers (2008, p. 171-184) nos apresenta acerca do terrorismo:

- I) Um sucinto, com a ameaça da violência e a utilização do medo para atrair a atenção;
- II) Um mais completo, traz uma conotação mais política, a violência é usada, por um indivíduo ou um grupo, para se opor a autoridade estabelecida com um propósito de atingir um público maior, que os que serão diretamente atingidos, para induzir a adesão das demandas solicitadas;
- III) A definição usada pelo governo dos Estados Unidos da América, com a premeditação da violência e motivação política, contra alvos não combatentes por grupos ou agentes clandestinos para influenciar um público.

Esses três conceitos ampliam a discussão gerada a partir dos debates sobre os diferentes tipos de terrorismo, ao contrário de Alcântara que busca definir os conceitos de terrorismo observando os objetivos de quem o executa. Rogers traça essas definições de uma forma mais sucinta, dividindo também em três tipos, mas com aspectos mais abrangentes, como citado anteriormente. Ambos os autores apresentam similaridades, apesar de haver algumas divergências em relação ao modo como ocorre as divisões dos diferentes tipos de terrorismo.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também apresenta um posicionamento para definir o terrorismo destacando outra vertente de interpretação,

Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em indivíduos para fins políticos são injustificáveis em qualquer circunstância, independentemente das considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los (Resolução 49/60 da Assembleia Geral, parágrafo. 3, n.p).

A ONU foi criada após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de evitar novos conflitos armados entre as nações, promovendo assim a chamada “Paz Mundial”. Atualmente ela conta com 193 países membros e é o órgão máximo entre as organizações internacionais, sendo de suma importância sua colaboração no combate ao terrorismo e em outras questões que buscam estabelecer a paz entre as nações, a garantia dos direitos humanos, o progresso social e, entre outros, aspectos que consideram essenciais para o desenvolvimento mundial.

Desta forma, observando a resolução apresentada anteriormente, é possível compreender que o terrorismo na visão da ONU representa um ato que tem como principal objetivo o alcance de fins políticos através da propagação de terror, diferentemente da União Europeia que define o terrorismo como uma ferramenta que ameaça a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento socioeconômico. O bloco é contra as intervenções e discursos extremistas e a favor do diálogo com grupos religiosos e organizações mulçumanas. Ainda conforme indica Lopes (2017, 28 - 29), “A ONU e UE têm definições diferenciadas e países como os EUA, a China, a Rússia, a Tunísia ou o Canadá possuem conceptualizações próprias (EPRS, 2015: 2), o que é também uma questão controversa”. Na visão da autora o terrorismo é um conjunto de características que tem vários objetivos a depender de quem o promove, sendo um ato violento a fim de gerar pânico, medo ou paralisação e com isso alcançar objetivos políticos (LOPES, 2017, p. 32).

É possível perceber que o terrorismo é definido de diversas maneiras, tornando o conceito bastante complexo, como já indicado acima. Jackson e Sorensen (2018, p. 383) também apontam duas controvérsias para a dificuldade de elaboração de um conceito que aborda a questão do terrorismo e as suas formas de violência política. A primeira controvérsia está em admitir a existência de formas de violência política que possam ser legítimas. Doutra forma, existe o debate no tocante à inclusão ou não do terrorismo patrocinado pelo Estado dentro dessa definição, uma vez que esses também são promotores de práticas terroristas. Enquanto o terrorismo físico é executado através da tortura, violência e assassinatos para

alcançar determinado objetivo, o terrorismo de Estado usa recursos do governo para manipular a população a seu favor, apoiando grupos ou usando outros tipos de táticas que sempre tem como objetivo o alcance de popularidade e aprovação das suas ações.

O autor Raul Martins (2010) nos apresenta três designações as quais afirma que é importante se distinguir: ação terrorista, terrorismo e grupo terrorista:

A primeira refere o ato que pode ser praticado, ou de forma sistemática, ou esporadicamente, por qualquer agente, político ou não, quando no uso da violência. A segunda refere-se a uma forma particular de violência, que se objetiva na prática de “ações terroristas” com finalidade expressamente política. A terceira designa aquele grupo, alegadamente político, que elege a ação terrorista como forma única ou, no mínimo, largamente predominante, da sua prática da violência (MARTINS, 2010, p. 10).

A primeira designação a qual Martins se refere são os casos que são articulados e praticados na grande maioria das vezes de forma individual ou em um pequeno grupo, com proporções menores, fazendo uso da violência como um meio de se alcançar determinado objetivo, ou até mesmo passar uma mensagem de medo. A segunda designação é aquela mais objetiva, articulada e planejada com antecedência visando atingir um alvo maior com o objetivo exclusivamente político, como por exemplo, as ações que determinado Estado executa no âmbito externo. O terceiro e último, são aqueles grupos que seguem o mesmo padrão da Al-Qaeda, que levantam a bandeira em torno de uma causa seja ela religiosa ou política e escolhem o terrorismo como o único meio de se alcançar os seus objetivos. Esse é o tipo mais perigoso por tender a executar atos de maiores proporções e conseqüentemente gerar grandes danos e vítimas aos seus alvos.

As designações apresentadas por Raul Martins nos mostram a importância de distinguir os diferentes tipos de execuções de atos terroristas, podemos notar que mesmo possuindo características semelhantes em relação aos objetivos os atos se constroem de modos diferentes. O que interfere diretamente na forma pela a qual ele é classificado ao final de todo o processo de planejamento e execução.

3.2 Terrorismo de Estado

O terrorismo de Estado pode ser considerado o mais devastador de todos os tipos de terrorismo, por durar, na grande maioria das vezes, um longo período de tempo e possuir diversas ferramentas institucionais que possibilitam isso. Esse tipo de terrorismo também pode ser considerado o mais poderoso, pois, são atos que partem de uma pessoa ou grupo que

possui um grande poder, capaz de modificar o sistema político de um Estado e oprimir a própria população, mantendo-se no poder mesmo sem o consentimento ou desejo da maioria, conforme veremos adiante.

Paul Rogers (2008, p. 175) dá alguns exemplos de terrorismo de Estado, como o uso de táticas terroristas contra a própria população, que variam da detenção sem julgamento a tortura e execução, apresentando casos sobre a América Latina nas décadas de 1960 e 1970 como exemplos do uso dessas táticas pelas ditaduras na região e a participação indireta dos EUA nessas ações, assim como, contra outros Estados. É o caso do Brasil que em 1964 sofreu golpe militar com o apoio da marinha norte-americana em uma operação chamada de “Brother Sam”, em referência ao tio Sam, símbolo que representa os Estados Unidos da América. O então presidente do Brasil, João Goulart, foi deposto pelo o Congresso com o apoio dos militares, logo em seguida, escolheram o coronel Castello Branco como presidente para um governo provisório com previsão de duração de um ano sob o pretexto de contornar a "crise política" que se alastrava no país. Contudo, a ditadura militar durou vinte e um anos, sendo notoriamente marcada por repressões, torturas e mortes a quem se opusesse a ela. O governo norte-americano não só sabia como também apoiavam os métodos de tortura utilizados pelos militares, conforme indica os documentos divulgados pelo o Departamento de Estado do país no ano de 2018.²

As repressões se intensificaram no final do governo de Costa e Silva em 1968, quando se é baixado o Ato Institucional nº 5, o mais repressivo de todos, decretando o fechamento do Congresso Nacional, dando amplos poderes para o presidente, entre eles a declaração de estado de sítio por tempo indeterminado, a demissão de pessoas e cassação de mandatos, além da censura aos meios de comunicação.

Outro exemplo nesse período ao qual Paul Rogers (2008, p.175) se refere é o do Chile, que como os Estados Unidos tem um 11 de setembro marcante. Nesse dia no ano de 1973 o país sofreu um golpe de Estado orquestrado por um grupo de militares chilenos com o apoio financeiro e militar do governo norte-americano, que invadiu o país e bombardeou o Palácio de La Moneda, matando o então presidente Salvador Allende. Era o fim do regime democrático constitucional do Chile e o início de uma ditadura comanda por Augusto Pinochet que durou até 1990.

² Para ter acesso aos documentos ver: <<https://bookstore.gpo.gov/catalog/foreign-relations-united-states-series-frus>>. Acessado em 25 set. 2019.

Fotografia 1 – Palácio de La Moneda sendo bombardeado no dia 11 de setembro de 1973.



Fonte: Bettmann; Corbis; Latinstock, 11 de setembro de 1973³.

Nos dois casos citados o apoio do governo norte-americano foi fundamental, sendo o fator que possibilitou os dois golpes de Estado e a continuidade dos regimes até o período final da Guerra Fria.

Desta forma, o terrorismo de Estado apresenta características autocráticas⁴, com poderes absolutos concedido a um líder que usa o poder dos instrumentos legais do Estado contra a própria população como forma de reprimir movimentos contrários ao regime, defender seus interesses e os interesses dos seus aliados, atender uma classe política ou social, restringir totalmente os direitos humanos, censurar os meios de comunicação, entre outras coisas que tornam o Estado também uma organização criminosa.

Rogers (2008, p. 175-176) ainda aborda dois tipos de terrorismo diferentes: o de Estado, que foi anteriormente abordado, e o de Sub-estado, dividido em dois sentidos - um age pela busca de mudanças essenciais em um Estado ou na sociedade de uma forma mais revolucionária e que pode ter conotação política e/ou religiosa dentro de um estado em particular, mas que pode se expandir internacionalmente, conforme vimos nos dois casos da América Latina; o outro busca uma mudança especificamente para uma comunidade identificável e sem muitas ambições internacionais. E dentro desses dois tipos o autor dá como exemplo a Al-Qaeda, de como ela faz parte do primeiro tipo e como ela relaciona essa mudança revolucionária com a crença religiosa.

³ Fotografia disponível no site <<http://memorialdademocracia.com.br/card/militares-derrubam-allende-no-chile>>. Acesso em: 02 out. 2019.

⁴ Forma de governo na qual um único homem detém o poder supremo. Ele tem controle absoluto em todos os níveis de governo, sem o consentimento dos governados.

3.3 Terrorismo Internacional

O terrorismo internacional é considerado pela a Organização das Nações Unidas (ONU) como uma ameaça transnacional, que possui um carácter não militar, assim como não possui fronteiras, representando uma grande ameaça aos Estados e aos seus habitantes. Mesmo possuindo uma longa história, esse tipo de terrorismo começou a ser discutido pelo os órgão e fóruns internacionais a partir da década de 1930 na chancela da antiga Liga das Nações, mas só volta a ter destaque na agenda global a partir da década de 1960 já com a ONU, onde surge catorze instrumentos legais de carácter internacional para erradicar este tipo de violência⁵ (GALITO, 2013, p. 6). Ainda segundo a autora:

No séc. XXI, sobressaem as manifestações violentas protagonizadas pela Al-Qaeda, responsável pelos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, e de 11 Março de 2004 em Madrid. Admite-se a possibilidade de estar relacionada com outros atentados, como os de 7 de Julho de 2005 em Londres, e de 26 de Novembro de 2008 em Mumbai (pelo menos neste último caso não há certezas). (GALITO, 2013, p. 10).

Mais adiante veremos o papel da Al-Qaeda de forma mais aprofundada, o contexto em que se funda a organização e sua história até o 11 de setembro de 2001.

Os fatos destacados por Galito (2013) nos demonstram o poder de uma organização terrorista que atua de forma internacional, são grandes ataques em um curto período de tempo contra alvos que são potências econômicas e militares, como nos casos confirmados dos EUA e da Espanha e no caso não confirmado do Reino Unido.

⁵ 1. Convenção sobre ofensas e certos outros atos cometidos a bordo de aeronaves (1963); 2. Convenção para a supressão da captura ilícita de aeronaves (1970), sendo que em 2010 se anexou um Protocolo Suplementar para expandir a sua aplicação e incorporar as disposições da Convenção de Pequim referente à ameaça ou conspiração para cometer uma ofensa. 3. Convenção para a repressão de atos ilícitos contra a segurança da aviação civil (1971); 4. Convenção sobre a prevenção e punição de crimes contra pessoas protegidas internacionalmente (convenção para agentes diplomáticos, 1973); 5. Convenção internacional contra a tomada de reféns (1979); 6. Convenção sobre a proteção física do material nuclear (1980) e respectivas alterações; 7. Protocolo para a repressão de atos ilícitos de violência nos aeroportos ao serviço da aviação civil internacional, complementar à Convenção para a repressão de atos ilícitos contra a segurança da aviação civil (Protocolo para aeroportos, 1988). 8. Convenção para a repressão de atos ilícitos contra a segurança da navegação marítima (Convenção marítima, 1988), à qual se anexou em 2005 um Protocolo que introduz procedimentos e certos tipos de criminalização específica; 9. Protocolo para a repressão de atos ilícitos contra a segurança das plataformas físicas situadas na plataforma continental (1988), ao qual foi anexado um segundo protocolo em 2005. 10. Convenção sobre a marcação de explosivos plásticos para fins de detecção (Convenção sobre explosivos plásticos, 1991); 11. Convenção internacional para a repressão de bombistas terroristas (1997); 12. Convenção Internacional para a repressão do financiamento ao terrorismo (1999); 13. Convenção Internacional para a repressão de atos de terrorismo nuclear (2005); e 14. Convenção para a repressão de atos ilícitos relacionados com a aviação civil internacional (Nova convenção sobre aviação civil, 2010). □Cf. UNITED NATIONS (2012a). “International Legal Instruments to Counter Terrorism”, UN Action to Counter Terrorism. URL: < <http://www.un.org/terrorism/instruments.shtml> >

Dolinger (2008, p. 79) defende que esse tipo de terrorismo deve ser tratado pelo o direito internacional público com cautela, de modo que em todos os casos sejam exigidas uma investigação que observe elementos religiosos e teológicos, geralmente ausente nos direitos dos povos. Além disso, ele também defende que é necessário adotar um conceito unânime de terrorismo para que seja possível identificar e julgar seus adeptos, mas o autor ressalta que somente isso não é o bastante para reprimir e prevenir esses atos.

Com os ataques do dia 11 de setembro de 2001 inicia-se o período de discussões acerca do combate ao terrorismo internacional de forma mais intensificada, onde surgem novos procedimentos de segurança mais rígidos, reformas nas políticas de proteção e combate ao terrorismo, entre outros fatores que veremos de forma mais aprofundada a partir do quarto capítulo.

3.3.1 Al-Qaeda: suas premissas e a ‘operação aviões’

O grupo terrorista Al-Qaeda tem as suas premissas na Guerra do Afeganistão, iniciada em 1979 quando o exército soviético invadiu o país e permanecendo nele durante dez anos. Nesse período os grupos armados islâmicos guerrearam contra os militares soviéticos pela retomada da região, entre eles estava o grupo liderado pelo saudita Osama Bin Laden. Esse grupo possuía um grande arsenal de armas, em parte era oferecido pelo os EUA, além disso, os militares locais norte-americanos ofereciam também treinamento ao grupo. Contudo, com as circunstâncias da guerra, a União Soviética optou por fazer acordos de cessar fogo, aceitando a derrota e dando início a retirada das suas forças da região entre 1988 e 1989. Com o fim da guerra, Osama Bin Laden, ainda em 1989, transforma o grupo armado em uma organização, a Al-Qaeda.

aos costumes dos primeiros seguidores de Maomé é a resposta para reconstrução da “glória dos povos islâmicos”.

Os primeiros problemas da organização terrorista Al-Qaeda foram internos pois havia conflito em relação aos objetivos e alvos do grupo. Enquanto Bin Laden defendia dar continuidade aos conflitos, Azzam defendia que primeiro era necessária uma reconstrução do Afeganistão que ainda estava devastada em razão da guerra e com isso estabelecer um governo islâmico no país. (SÁ, 2017, p. 86). Abdullah Yusuf Azzam era um dos fundadores da Al-Qaeda, foi professor de Bin Laden e participou junto com ele das ações contra as forças soviéticas no Afeganistão. Azzam foi assassinado pouco tempo depois da criação da organização em 1989.

Em 1991 ocorre a Guerra do Golfo (confronto entre Kuwait e Iraque) onde os EUA intervêm no Kuwait como apoio a pedido do próprio líder do país, porém, a Al-Qaeda considerou o fato como uma grande agressão, não só a religião, já que o território é considerado sagrado pelos islâmicos, mas também ao fato do grupo considerar aquela intervenção como uma evidencia do desejo da América de saquear a riqueza da região sob o pretexto de protegê-la.

A Guerra do Golfo iniciou-se após o Iraque, comandado pelo o então presidente Saddam Hussein, invadir o território vizinho do Kuwait sob o pretexto de que o país estava extraindo petróleo da região iraquiana e adotando políticas de comercialização do produto que prejudicavam o Iraque, pois esse tinha o petróleo como a principal mercadoria da sua economia e naquele momento vivenciava uma forte crise econômica com dívidas estratosféricas acumuladas devido à guerra contra o Irã do Aiatolá Khomeini. O seu principal credor era justamente o Kuwait, a anexação da região ao Iraque resolveria essa questão da dívida e aumentaria seu poderio petrolífero, já que a região kuaitiana possuía uma vasta reserva de petróleo (ZARPELÃO, 2011, p. 3 - 6).

⁹ Salafismo ou movimento salafista é um movimento ortodoxo, internacionalista e ultraconservador dentro do islamismo sunita. A doutrina pode ser resumida por ter "uma abordagem fundamentalista do Islã, emulando o profeta Maomé e seus primeiros seguidores". Eles apoiam a aplicação da Xaria.

Mapa 2 – Mapa do Kuwait, região onde ocorreu a Guerra do Golfo



Fonte: CIA (Central Intelligence Agency), 2008¹⁰.

Os EUA entraram na guerra em meio ao surgimento da Doutrina Powell, após Saddam Hussein não acatar uma decisão da ONU que ordenava a saída das tropas iraquianas da região do Kuwait.

[...] a Doutrina Powell que defendia a idéia de guerra limpa, com bombardeios cirúrgicos e estratégias que poupariam vidas dos aliados na guerra. Era a guerra de videogame. A idéia de zero killed (morte zero) era muito forte e importante como princípio inserido em tal doutrina (ZARPELÃO, 2011, p. 5).

A Doutrina Powell buscava corrigir erros cometidos no Vietnã, ainda durante a Guerra Fria os EUA desempenharam um papel ruim na Guerra do Vietnã cometendo uma série de erros estratégicos que vitimaram milhares de militares norte-americanos e resultou na derrota do país. Entre os erros estavam o total desconhecimento da região onde ocorriam os conflitos por parte dos militares norte-americanos, o que gerou uma baixa muito grande devido a grande quantidade de armadilhas implantadas pelo os vietnamitas. Outros problemas, foram as táticas que eram claramente inadequadas para esse conflito, atingia mais os civis inocentes do que as bases militares inimigas. A guerra foi considerada como uma das mais desastrosas já enfrentadas pelo o país, com um alto investimento e sem nenhum resultado significativo.

A Doutrina Powell defendia que os EUA só deveriam intervir em dois tipos de caso: o primeiro era se envolvesse áreas estratégicas para a segurança de aliados importantes para a economia norte-americana. Já o segundo, era se envolvesse recursos energéticos,

¹⁰ Mapa disponível no site https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Golfo. Acesso em: 25 set. 2019.

principalmente o petróleo. Por isso a participação dos EUA na Guerra do Golfo (LAFEBER, 2009, p. 71-93).

Contudo, a Guerra do Golfo pode ser considerada a primeira fase de atividades militares dos EUA de forma mais intensa na região do Oriente Médio. Essa intervenção mais intensificada, além do apoio a regimes que reprimiam atitudes muçulmanas, como Israel por exemplo, motivou a Al-Qaeda escolher os EUA como o seu principal inimigo.

Ao mesmo tempo em que ocorrem os conflitos no golfo, Osama Bin Laden rompe as relações com a família real da Arábia Saudita e muda-se para o Sudão ainda em 1991 a convite do comandante radical que controlava o país, Hasssan a-Turabi. O Sudão passou a ser também a base da Al-Qaeda, durante esse período a organização expandiu suas bases, tornando-se ainda mais poderosa. A organização intensifica os ataques contra os EUA, o que resultou, após cinco anos, em uma pressão internacional contra Hasssan, sendo obrigado a expulsar Bin Laden e a organização do país. Em 1996 o líder e a sua organização terrorista mudam-se para o Afeganistão, berço do movimento (SÁ, 2017, p. 88 - 89).

Com sua sede consolidada no Afeganistão em 1996 a organização começou a ganhar cada vez mais poder, iniciando um processo de expansão que usava como uma das suas principais ferramentas a mídia. A Al-Qaeda passou a investir em propagandas para fortalecer a sua imagem e atrair adeptos as suas ideias, buscando também reforçar o pensamento dos EUA como principal inimigo do Oriente Médio. Foram lançadas diversas declarações públicas contra os norte-americanos, a mais famosa foi a “Declaração de Jihad” em 1998 (NÓBREGA, 2013, p. 16).

Esta declaração pretendia mostrar aos muçulmanos de todo o mundo que os EUA eram o seu principal inimigo e eram os grandes responsáveis pela opressão vivida pelo povo muçulmano com destaque para o povo habitante da Arábia Saudita (NÓBREGA, 2013, p. 16).

Bin Laden começou a ceder entrevistas a jornalistas ocidentais, ser mais aberto em relação a divulgação da sua imagem. A organização começou a produzir material com vídeos dos locais de treinamento para enviar para as emissoras do mundo inteiro, em especial para Al-Jazeera, propagando a imagem de uma organização com um grande potencial de destruição (SÁ, 2017, p. 94-95).

O projeto ‘operação aviões’, assim chamado pelo os integrantes da Al-Qaeda, começou a ser planejado em 1994, a princípio os terroristas tinham como objetivo atingir não só o World Trade Center e Pentágono, mas também a US Bank Tower (um dos mais altos

arranha-céus dos EUA), o Capitólio (sede do poder legislativo), a Casa Branca (sede do poder executivo), a Sede do Departamento da Central de Inteligência Americana, a Torre de Seattle (cartão postal da cidade de Seattle, no estado de Washington) e usinas nucleares, totalizando em dez aeronaves sequestradas. Porém, Bin Laden optou por fazer apenas quatro ataques, por falta de membros capacitados e pelo o grande risco de serem descobertos antes da execução do plano, já que antes de tudo era necessário infiltrar esses membros nos EUA e capacitá-los para pilotar grandes aviões.

Entre 1998 e 1999 intensificam-se os treinamentos, Bin Laden seleciona líder e vice-líder da operação, que até então não tinha conhecimento dos detalhes da operação, e os primeiros membros começam a chegar nos EUA para iniciar as aulas de pilotagem e inglês. No início de 2001 todos os membros já estavam em solo norte-americano, então, inicia-se as estratégias para execução do plano resultando nos ataques de 11 de setembro.

4 11 DE SETEMBRO DE 2001: O GOVERNO BUSH E A CONSTRUÇÃO DA GUERRA AO TERROR

O presente capítulo faz uma análise do cenário que se construiu a partir dos atentados do dia 11 de setembro de 2001, em que terroristas do grupo islâmico Al-Qaeda executaram ataques contra o World Trade Center e contra o Pentágono, além de sequestrarem o voo 93 da United Airlines etapa do processo não concluída¹¹. Ao todo, segundo dados do governo norte-americano, o ataque resultou em quase três mil vítimas, entre civis e militares, sendo considerado o maior atentado terrorista executado no solo do país e um dos maiores da história da humanidade. O governo do então presidente George W. Bush buscou reagir de forma rápida com reformas e projetos que deram início a um novo período nas relações internacionais, conforme veremos ao longo desse capítulo.

Em uma manhã de céu azul e limpo do dia 11 de setembro de 2001 começava-se mais um dia agitado na cidade de Nova Iorque, EUA, coração econômico do país. O que até então parecia um dia como qualquer outro mudou completamente às 8:46 da manhã quando um avião colidiu contra a torre norte do World Trade Center na ilha de Manhattan. Alguns minutos após a primeira colisão, a possibilidade de ser um acidente foi descartada quando o segundo avião chocou-se contra a torre sul. Era o começo do maior ataque terrorista da história dos EUA.

O World Trade Center, um complexo de escritórios, lojas e diversos outros tipos de departamentos representava para os norte-americanos o símbolo econômico do país. O Pentágono é a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, sendo o principal símbolo das Forças Armadas; e os terroristas que sequestraram o voo 93 possivelmente, segundo investigações do Departamento Federal de Investigação (FBI)¹², executariam um ataque contra o Capitólio, sede do poder legislativo, ou contra a Casa Branca, sede do poder executivo. Esses fatos demonstram que os ataques tinham objetivos bem evidentes que era o de desestabilizar os EUA, atacando a sua economia, a sua defesa e o seu poder político, bases essenciais para funcionamento do Estado, resultando assim em um caos, e que de fato foi essa a implicação imediata. O governo ordenou o fechamento da bolsa de valores, de todos os aeroportos, fronteiras e órgãos públicos, paralisando o país, além de acionar o toque de recolher. A situação era de completo caos, pânico e incertezas em relação ao rumo do EUA

¹¹ A aeronave caiu em uma região rural dos EUA no estado da Pensilvânia.

¹² Para ter acesso às informações da investigação do caso ver: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2405200209.htm>. Acesso em 25 set. 2019.

após esses atentados. O presidente George W. Bush, na época, tinha índices de aprovação considerados baixos, assim como a confiança da população em relação ao seu governo. Desta forma, analisaremos as iniciativas adotadas por Bush para o enfrentamento das questões em torno da segurança do país e como a elaboração de uma política influenciou o mundo pós-11 de setembro.

4.1 A transformação do presidente George W. Bush

O presidente George Walker Bush do estado do Texas foi eleito presidente dos Estados Unidos na eleição do ano de 2000 após vencer o candidato democrata Al Gore. O republicano assumiu o comando do país com uma popularidade baixa e a imagem abalada devido a acusações de fraudes e interferências no resultado da eleição no estado da Flórida no qual o seu irmão, Jeb Bush, era o então governador.

Segundo Fonseca (2005, p. 42), Bush se mostrou um político completamente despreparado na campanha eleitoral quando o assunto estava relacionado à política externa. De acordo com o autor, o despreparo era evidenciado pela troca dos nomes de líderes de Estados e de seus países, além disso, não demonstrava clareza sobre o seu plano de governo em relação ao tema. O despreparo ficou ainda mais evidente nos primeiros meses do seu governo, o período que antecedeu o 11 de setembro, não só em relação a política externa, mas no governo como um todo, mesmo com os baixos índices de popularidade e com a legitimidade da sua presidência sendo contestada por parte da população, o presidente passou parte dos primeiros meses do seu governo afastado do cargo e da capital federal.

Ainda de acordo o autor, com os ataques terroristas do dia 11 de setembro surge um novo cenário, no qual o governo Bush é obrigado a reformular suas políticas de gestão, ao mesmo tempo ganhando a confiança da opinião pública norte-americana devido ao medo e as incertezas. Contudo, o governo chegou à conclusão de que era necessário implantar uma estratégia mais incisiva e agressiva nas suas políticas externa e de segurança, voltada ao intervencionismo e ao unilateralismo. A partir dessas reformas, interviria de forma mais profunda nas questões internacionais, principalmente no Oriente Médio, região onde estava concentrado boa parte das bases de grupos terroristas e por ser uma região de interesse para os EUA devido à presença de uma grande quantidade de petróleo. Ao mesmo tempo em que surge um novo rumo na política externa norte-americana, surge também um novo presidente, tendo em vista que Bush muda completamente a sua postura.

Segundo Fonseca (2005, p. 43):

O 11 de setembro precipitou sua metamorfose, promovendo a “reinvenção” do Chefe de Estado em Comandante-em-Chefe. Para todos os efeitos, Bush tornou-se, no plano, internacional, um dos mais ativos presidentes americanos dos últimos anos (FONSCECA 2005, p. 43).

O presidente passa a apresentar um discurso mais rígido em relação à segurança, buscando passar uma imagem de líder preparado, sempre mobilizando a população contra aqueles, considerados por ele, inimigos dos “valores americanos”.

A partir da observação desses discursos do presidente após os atentados nota-se uma mudança no tom utilizado por Bush para dirigir-se a população, conforme veremos ao longo desse capítulo através de uma análise fundamentada na teoria de análise do discurso desenvolvida por Patrick Charaudeau (2009). O autor entende que a linguagem permite ao homem pensar e agir, assim, todo ato de linguagem veicula um saber sobre as representações linguísticas das práticas sociais dos protagonistas.

Ainda, apresenta o ato de comunicação como um dispositivo que é ocupado pelo locutor ao falar ou escrever em relação ao interlocutor, e afirma que todo ato de comunicação está vinculado a quatro modos de organização discursiva (enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo), podendo ser utilizados de acordo com as finalidades discursivas no ato de linguagem. Para efeito de análise dos discursos do presidente George W. Bush, o foco recairá sobre o modo de organização argumentativo, ao permitir a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo.

Segundo Charaudeau (2009), para que haja o modo argumentativo, é necessário que exista:

Uma proposta sobre o mundo e que provoque um questionamento, em alguém quanto a sua legitimidade (um questionamento quanto a sua legitimidade da proposta); um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento (convicção) e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade (quer seja própria ou universal, quer se trate de uma simples aceitabilidade ou de uma legitimidade) quanto a essa proposta; um outro sujeito que, relacionado com a mesma proposta, questionamento, verdade, constitua-se no alvo da argumentação. Trata-se de pessoa a que se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a compartilhar da mesma verdade (persuasão), sabendo que ela pode aceitar (ficar a favor) ou refutar (ficar contra) a argumentação. (CHARAUDEAU 2009, p. 205).

Portanto, a argumentação define-se numa relação entre um sujeito capaz de tornar dialógica uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo.

O autor também expõe o elemento base da relação argumentativa, explicando para que ela ocorra são necessários pelo menos três elementos: asserção de partida (A1), asserção de chegada (A2) e asserção de passagem. A asserção de partida (A1) pode ser chamada de

dado ou premissa, corresponde a proposta sobre o mundo; a asserção de chegada (A2) pode ser chamada de causa ou consequência em relação a asserção de partida (A1) e, por último, a asserção de passagem seria a prova entre o dado (nesse caso a asserção de partida) e a causa ou consequência (nesse caso a asserção de chegada). Portanto, a asserção de passagem é um argumento.

Hoje, nossos concidadãos, nosso modo de vida, nossa liberdade foram atacadas em uma série de atos terroristas deliberados e mortíferos. As vítimas estavam em aviões ou em seus escritórios: secretários, homens e mulheres de negócios, trabalhadores militares e federais, mães e pais, amigos e vizinhos. Milhares de vidas foram subitamente interrompidas por atos de terror maldosos e desprezíveis. As imagens de aviões que voavam em direção aos edifícios, incêndios, enormes estruturas que desabaram nos encheram de incredulidade, tristeza terrível e uma raiva silenciosa e inflexível. Esses atos de assassinato em massa foram destinados a assustar nossa nação no caos e no retiro. Mas eles falharam. Nosso país é forte.¹³ (BUSH, 2001, traduzido, n.p.).

O discurso foi proferido pelo o presidente Bush em rede nacional e internacional na noite em que ocorreram os ataques do dia 11 de setembro. No primeiro momento, o presidente afirma que os valores norte-americanos foram atacados por terroristas, transformando o modo de vida e a liberdade americana. Na sequência, traz o domínio do ético, apresentando os ataques terroristas como maldosos e desprezíveis, deixando, desta forma, subentendido o risco que a liberdade e os valores norte-americanos estavam sofrendo. Para, além disso, Bush fala sobre os Estados Unidos serem o farol da liberdade. Essa afirmação, com intuito de persuasão, demonstra e traz para os Estados Unidos a total responsabilidade em disseminar essa compreensão norte-americana do conceito de liberdade. Segundo ele:

Um grande povo foi movido para defender uma grande nação. Os ataques terroristas podem abalar os alicerces dos nossos maiores edifícios, mas eles não podem tocar o fundamento da América. Esses atos destroem o aço, mas eles não podem abalar o aço da resolução americana. A América foi alvo de ataques porque somos o farol mais brilhante para a liberdade e a oportunidade no mundo. E ninguém evitará que essa luz brilhe. Hoje, nossa nação viu o pior mal da natureza humana e nós respondemos com o melhor da América. Com a ousadia de nossos trabalhadores de resgate, com o cuidado de estranhos e vizinhos que vieram dar sangue e ajudar de qualquer maneira que eles poderiam.¹⁴ (BUSH, 2001, traduzido, n.p.).

¹³ Today, our fellow citizens, our way of life, our very freedom came under attack in a series of deliberate and deadly terrorist acts. The victims were in airplanes or in their offices: secretaries, business men and women, military and federal workers, moms and dads, friends and neighbors. Thousands of lives were suddenly ended by evil, despicable acts of terror. The pictures of airplanes flying into buildings, fires burning, huge structures collapsing have filled us with disbelief, terrible sadness, and a quiet, unyielding

¹⁴ A great people has been moved to defend a great nation. Terrorist attacks can shake the foundations of our biggest buildings, but they cannot touch the foundation of America. These acts shatter steel, but they cannot dent the steel of American resolve. America was targeted for attack because we're the brightest beacon for freedom and opportunity in the world. And no one will keep that light from shining. Today, our nation saw evil the very

O presidente busca construir primeiro uma conexão com os indivíduos, através de um discurso patriótico e de união contra as forças que ameaçam a essência do país, definindo como o farol da liberdade e oportunidade. Assim, refere-se ao sistema político democrático e a economia desenvolvida. Quando ele se refere aos autores dos ataques como “o pior mal da natureza humana”, está construindo uma imagem desses autores e ao mesmo tempo colocando os EUA no papel de grande vítima.

O termo “farol da liberdade” tem um significado muito importante, pois Bush cria um discurso associado ao do presidente Woodrow Wilson (1913 – 1921) que usava o termo para definir os EUA nas relações internacionais. Woodrow tinha uma visão que ia contra a maioria dos diplomatas da época, por ser muito contrária aos princípios realistas daquele tempo. Para ele, os EUA não deveriam somente equilibrar o poder na ordem global, tinham que ir além e propagar as suas ideias sobre como um país deve ser para o mundo. Essas ideias estão conectadas, principalmente, a um pensamento onde a paz era consequência da disseminação da democracia, que como veremos mais adiante é uma das características mais marcantes da estratégia de segurança apresentada pelo o presidente Bush em 2002 (MONTEIRO, 2014, p.1).

Seguindo a análise desse discurso, Bush fala sobre a busca dos responsáveis pelo os ataques e sobre a não distinção entre aqueles que cometem e os que abrigam, referindo-se aos países que apoiam os autores dos atos terroristas.

A busca está em andamento para aqueles que estavam por trás desses atos malignos. Eu direcionei os recursos completos de nossas comunidades de inteligência e aplicação da lei para encontrar os responsáveis e levá-los à justiça. Não faremos distinção entre os terroristas que cometem esses atos e aqueles que os abrigam. ¹⁵
(BUSH, 2001, traduzido, n.p.).

No excerto acima, nota-se uma mudança no discurso do presidente Bush usando a primeira pessoa do singular, diferentemente dos excertos anteriores quando a primeira pessoa do plural era usada. Nesse trecho podemos observar a metamorfose sofrida por Bush, ao trazer para si a responsabilidade em comandar a resposta aos ataques terroristas sofridos. Adiante, o presidente Bush retorna à primeira pessoa do plural, voltando a responsabilidade

worst of human nature and we responded with the best of America. With the daring of our rescue workers, with the caring for strangers and neighbors who came to give blood and help in any way they could.

¹⁵ The search is underway for those who were behind these evil acts. I have directed the full resources of our intelligence and law enforcement communities to find those responsible and to bring them to justice. We will make no distinction between the terrorists who committed these acts and those who harbor them.

dos atos que poderiam vir acontecer com a nação. Com isso, o presidente deixa evidente que seu governo se legitimará a partir deste momento com o apoio do povo norte-americano.

A afirmação de que “não existirá distinção entre quem é terrorista e aqueles que os abrigam” proferida por Bush, ganha potência para os norte-americanos, resultando, assim, em xenofobismo contra a população da região do Oriente Médio.

Contudo, esse discurso é o marco inicial de um novo período no governo Bush. O presidente passou a proferir discursos que sempre buscavam o apoio da população contra ameaças terroristas, o medo virou uma ferramenta de apoio do governo nas suas ações.

4.2 Doutrina Bush: o início da Guerra ao Terror

Um ano após os ataques, mais especificamente em 20 de setembro de 2002, o governo dos EUA publicou o documento "A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos" (BUSH, 2002), que mais tarde ficou conhecida como Doutrina Bush. O documento era a base de poder necessária para o governo contra-atacar os autores dos ataques terroristas do dia 11 de setembro e, mais que isso, ele permitia que os Estados Unidos fizessem ataques preventivos contra países ou grupos terroristas que representasse algum tipo de ameaça. Era o início da chamada Guerra ao Terror.

Durante o período que antecedeu a publicação desse documento, Bush, em seus discursos, buscava apoio da população norte-americana em sua guerra contra o terror. Em seus discursos, o presidente utilizava como argumento a força e a união do povo norte-americano como forma de conquistar apoio popular, mostrando quanto o terrorismo ameaça a esses valores.

Esta noite, somos um país despertado para o perigo e chamado para defender a liberdade. Nosso sofrimento transformou-se em raiva e raiva para a resolução. Se levarmos nossos inimigos à justiça, ou trazemos justiça aos nossos inimigos, a justiça será feita. Agradeço ao Congresso sua liderança em um momento tão importante. Toda a América foi tocada na noite da tragédia para ver republicanos e democratas se uniram nos degraus deste Capitólio, cantando "Deus abençoe a América".¹⁶ (BUSH, 2002, traduzido, n.p.).

Observa-se nos discursos aqui apresentados que George W. Bush sempre busca fortalecer a ideia que a liberdade dos norte-americanos está sob ataque e que é necessário a

¹⁶ Tonight, we are a country awakened to danger and called to defend freedom. Our grief has turned to anger, and anger to resolution. Whether we bring our enemies to justice, or bring justice to our enemies, justice will be done. I thank the Congress for its leadership at such an important time. All of America was touched on the evening of the tragedy to see Republicans and Democrats joined together on the steps of this Capitol, singing "God Bless America".

união dos povos para derrotar o inimigo. Percebe-se com isso, a busca do presidente por apoio popular em relação à nova política externa e de segurança dos EUA.

Com a adesão da população em relação a essa nova política inicia-se então os ataques contra os países considerados inimigos.

O primeiro país-alvo foi o Afeganistão, sob o pretexto de enfraquecer a Al-Qaeda e impedir que terroristas usassem o território afegão como base ao remover o Talibã¹⁷ do poder. Além disso, o governo norte-americano exigia que o regime entregasse Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda, que já era procurado pela ONU desde 1999. Contudo, o Talibã se recusou a entregar Bin Laden com a justificativa de que se eram necessárias provas convictas de sua participação nos ataques do dia 11 de setembro e que ele deveria ser submetido a uma corte islâmica afegão. Vale ressaltar que até então a Al-Qaeda não havia assumido publicamente a autoria dos ataques (ARKEDIS, 2009, p. 1).

Com o fracasso das negociações os EUA em parceria com o Reino Unido e posteriormente de outros Estados, iniciam a operação “Liberdade Duradoura”, que invadiu e em pouco tempo conseguiu derrubar o regime Talibã no Afeganistão. Com a invasão, os EUA implantaram bases militares em regiões estratégicas do país. Por outro lado, os norte-americanos não conseguiram capturar Bin Laden, nenhum dos principais membros da Al-Qaeda e nem mesmo os principais líderes do regime Talibã, boa parte deles fugiram para o Paquistão, país vizinho. Ainda em 2001, no mês de dezembro, durante a Conferência de Bonn, Hamid Karzai foi escolhido para liderar o governo de transição do Afeganistão (NAPOLEÃO, 2003, p. 8 – 20).

A invasão e a derrubada do regime resultaram em uma dupla crise, econômica e política, em um momento em que o país estava dividido entre os apoiadores de um novo regime democrático e o regime Talibã. Logo o regime deposto começou a se reorganizar e promover ações de insurgência contra o governo instituído, usando táticas de guerrilhas e atentados suicidas. Os talibãs eram organizados nesse sentido, buscavam explorar os pontos fracos do governo afegão, que era um dos mais corruptos do mundo¹⁸, como uma forma de garantir o apoio da população. E de fato, aos poucos, o Talibã começou a ganhar força, principalmente nas regiões mais afetadas pela a corrupção. Com todos esses acontecimentos,

¹⁷ Movimento fundamentalista islâmico nacionalista que se difundiu no Paquistão e, sobretudo, no Afeganistão, a partir de 1994 e que, efetivamente, governou cerca de três quartos do Afeganistão entre 1996 e 2001, apesar de seu governo ter sido reconhecido por apenas três países: Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Paquistão.

¹⁸ A *Transparency Internacional* dá uma nota a vários países, de acordo com o que peritos de cada país dizem sobre a corrupção. Para mais ver: <https://www.maioresemelhores.com/paises-mais-corruptos-do-mundo/> Acessado em 18 out 2019.

o governo instituído juntamente com a Força Internacional de Assistência para Segurança (ISAF) liderada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) iniciaram uma campanha mais intensa e agressiva contra o grupo com ataques através de drones em território paquistanês, expandindo geopoliticamente as regiões de conflitos. O que piorou ainda mais a situação tanto no Afeganistão como em países vizinhos, além do Paquistão, anteriormente citado, também teve o Waziristão¹⁹, abalados por frequentes conflitos e atentados terroristas.

No ano de 2002, inicia-se uma forte campanha contra o Iraque sob o pretexto que o país apoiava a Al-Qaeda e outros grupos terroristas, sendo um inimigo da paz e da segurança mundial.

A ameaça vem do Iraque. Isso surge diretamente das próprias ações do regime iraquiano - sua história de agressão e seu impulso para um arsenal de terror. Onze anos atrás, como condição para acabar com a Guerra do Golfo Pérsico, o regime iraquiano foi obrigado a destruir suas armas de destruição em massa, cessar todo o desenvolvimento de tais armas e impedir todo o apoio a grupos terroristas. O regime iraquiano violou todas essas obrigações. Possui e produz armas químicas e biológicas. Está buscando armas nucleares. Abriu Testemunhou os onze anos de história de desafio, decepção e má fé do Iraque.²⁰ (BUSH, 2002, traduzido, n.p.)

No discurso ficam evidentes as acusações de Bush contra o regime iraquiano de Saddam Hussein, em especial quando o presidente acusa o país de produzir e possuir armas químicas, biológicas e nucleares sem possuir nenhuma prova. Essas acusações podem ser consideradas estratégias por parte do governo norte-americano para intervir militarmente no Iraque.

Segundo Santos (2005, p. 32-34), em fevereiro de 2003 a Organização das Nações Unidas (ONU) concluiu que o Iraque não possuía nenhum tipo de arsenal de armas químicas ou biológicas. Apesar disso, no dia 20 de março de 2003, os EUA iniciam a “Operação Liberdade Iraquiana”²¹, declarando guerra contra o Iraque com um imenso bombardeio. O que contrariava a decisão do Conselho de Segurança da ONU.

A força de coalizão que invadiu o Iraque, formada pelos EUA e aliados (Reino Unido, Espanha, Itália e Austrália) conseguiram derrubar em poucos dias o regime de Saddam Hussein e captura-lo. No entanto, não capturaram Bin Laden, assim como, também não

¹⁹ É uma região montanhosa ao noroeste do Paquistão e que faz fronteira com o Afeganistão.

²⁰ The threat comes from Iraq. It arises directly from the Iraqi regime's own actions -- its history of aggression, and its drive toward an arsenal of terror. Eleven years ago, as a condition for ending the Persian Gulf War, the Iraqi regime was required to destroy its weapons of mass destruction, to cease all development of such weapons, and to stop all support for terrorist groups. The Iraqi regime has violated all of those obligations. It possesses and produces chemical and biological weapons. It is seeking nuclear weapons. It has given shelter and support to terrorism, and practices terror against its own people. The entire world has witnessed Iraq's eleven-year history of defiance, deception and bad Faith.

²¹ Também conhecida como Segunda Guerra do Golfo.

encontraram as armas químicas e biológicas. O que repercutiu negativamente para o governo dos EUA.

De acordo com Santos (2005, p. 40), após a derrubada do regime ditatorial iraquiano foi instaurado um governo provisório que tinha como missão restabelecer a democracia e a soberania política no país, elegendo políticos para criação de uma nova constituição. Contudo, esse restabelecimento não aconteceu e as tropas norte-americanas continuaram ocupando o Iraque.

Começa a se desenhar um novo cenário no Oriente Médio pós-Saddam, com um novo mapa político e maiores desafios, como por exemplo, promover a estabilidade do regime iraquiano. Vizentini (2002, p. 13) observa que a ocupação militar norte-americana ocorreu de uma forma bem complicada, primeiro em relação a pressão externa vinda de países que foram contra a intervenção, o fato de ter sido uma intervenção sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU e a principal acusação contra o regime de Saddam não ter sido provada. O que fez aumentar ainda mais a oposição em relação à decisão do governo norte-americano.

O outro problema era dentro do próprio Iraque, com o fim do regime de Saddam começaram a emergir contradições que antes eram controladas por um regime autoritário, conforme explica Vizentini (2002, p. 13): “Curdos de várias facções, xiitas poderosos, um centro sunita enfraquecido e um governo oriundo de uma oposição dividida e com poucas bases de apoio interno”. O autor também afirma que ao mesmo tempo, a situação social e econômica do Iraque era bem desfavorável, o que dificultava ainda mais toda a situação. Além de todos esses problemas, ainda tinha o fato da população possuir cerca de três milhões de armas de fogo, que eram empregadas tanto para fins políticos como criminais.

Segundo Fiori (2007, p. 41): “Ao derrotar os sunitas e entregar o governo do Iraque aos xiitas, os Estados Unidos fortaleceram indiretamente o Irã e o nacionalismo religioso, que são seus principais adversários no Oriente Médio”. O autor ainda afirma que essa intervenção no Iraque não só teve implicações geopolíticas no Oriente Médio, mas como também na Ásia Central e no norte da África, que rearranjaram suas forças políticas e militares na região contra os EUA, formando uma resistência ao ocidente. Ainda segundo o autor, não houve uma perda de influência norte-americana no Oriente Médio e muito menos a retirada da sua presença militar, mas os acontecimentos resultaram em uma perda do único árbitro da região, os EUA acabaram tendo que lidar com uma “pressão competitiva”, na qual novas potências também tentavam se inserir, em particular a China. Contudo, o cenário era completamente instável, com diversos problemas até então sem uma projeção de resoluções.

Passados setes meses da invasão, o grupo responsável pela inspeção do Iraque admitiu oficialmente não ter encontrado armas de destruição em massa no país, derrubando a principal justificativa de intervenção. Em 2003 o ex-líder do Iraque, Saddam Hussein, foi capturado pelos militares norte-americanos em um esconderijo na província de Tikrit, norte do Iraque. Saddam foi condenado e sentenciado a morte em 2006 por crime contra a humanidade, por causa do massacre de 148 xiitas, ocorrido em 1982 e conhecido como "caso Dujail"²², sendo executado em dezembro do mesmo ano em uma base militar conjunta iraquiano-americana.

A uma série de discussões acerca da execução de Saddam, na época Estados como Rússia, Brasil, Índia e Turquia se posicionaram contra a pena de morte do ex-líder iraquiano, assim como, o Vaticano, em parte pelo o julgamento, que aconteceu de forma rápida sem um tempo hábil para a defesa. Além disso, se temia o agravamento da situação de conflitos no Oriente Médio. Outro ponto foi o religioso, a execução ocorreu no dia de Eid al-Adha²³, o que o porta-voz palestino do Hamas²⁴, Fawzi Barhoum, classificou como uma ameaça dos EUA a todos os árabes, Barhoum também denunciou em seu pronunciamento que o enforcamento violou leis internacionais que protegiam Saddam, que para ele era um prisioneiro de guerra (CBC, 2006, p. 1).

Outros países se manifestaram a favor da execução, como Canadá, França, Israel e Kuwait. Para eles a execução era necessária para se iniciar um novo momento no Iraque. Ainda lembrando que Israel e Kuwait foram cenários de conflitos durante o regime de Saddam (CBC, 2006, p. 1).

4.3 Análise da Política de Segurança de 2002 (Doutrina Bush)

Como vimos ao longo desse capítulo, o 11 de setembro mostrou a necessidade de uma reformulação na política de segurança dos EUA, mais que isso, um grande projeto

²² Para ter acesso às informações do caso ver: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,AA1338518-5602,00-ENTENDA+O+CASO+QUE+LEVOU+SADDAM+A+PENADE+MORTE.html>>. Acesso em: 14 de set. 2019.

²³ Conhecido como Grande Festa ou Festa do Sacrifício, é um festival muçulmano que sucede a realização do haje, a peregrinação a Meca. É comemorado a partir do décimo dia do mês de Dhu al-Hijjah (no último mês do ano lunar no Calendário islâmico). É um dos dois principais feriados no Islã. Segundo a tradição islâmica, este feriado marca o sacrifício de Ismael por Abraão (história aparece no Corão e uma história paralela do sacrifício de Isaac na Bíblia Hebraica).

²⁴ Hamas é um movimento islamista palestino, de orientação sunita, constituído de uma entidade filantrópica (dawa), um braço político e um braço armado, as Brigadas Izz ad-Din al-Qassam. Especialmente ativo em Gaza, é o mais importante movimento islamista da Palestina.

estratégico para o país. O governo do presidente Bush apresentou uma política de segurança pautada no “nós contra eles”, ou seja, quem não estivesse a favor das decisões dos EUA estava contra o país (RESENDE, 2011, p. 13). 2

Segundo Resende (2011, p. 13), o documento enviado pelo o governo de W. Bush (2001 – 2009) ao congresso em 2002, no caso a estratégia de segurança, reproduz: “a mesma lógica de ação e apresenta propostas quase idênticas àqueles presentes no documento vazado à imprensa em 1992 e oficializado pelo Departamento de Defesa em janeiro de 1993”. Esse documento ao qual autora se refere foi elaborado pelo o governo do então presidente George H. W. Bush (1989 – 1993), com o nome a estratégia da primazia, que na época resultou em uma reação negativa e que acabou esvaziada com a derrota do presidente republicano para o democrata Clinton. Com W. Bush na presidência renasceu a possibilidade da recondução dessa política com as mesmas pessoas que articularam a proposta inicial. Se em 1992 a estratégia encontrou uma recepção negativa, em 2001 o cenário era completamente oposto, com um ambiente mais receptivo e favorável a sua legitimação, isso devido aos motivos aqui já apresentados, como o medo e o patriotismo que ganha mais força com os atentados. A estratégia de primazia volta em 2002 com um novo nome e com o status de doutrina de Estado.

O governo do presidente W. Bush era composto, em grande parte, por adeptos da estratégia de primazia, conforme explica Lins da Silva (2002, p. 52):

Em 1992, o atual vice-presidente, Dick Cheney, era o secretário de defesa; o atual secretário de Estado, Colin Powell, era o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; o atual secretário adjunto de Defesa, Paul Wolfowitz, era subsecretário de Defesa; o atual vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Lewis Libby, era o principal assessor de Wolfowitz; o atual assessor de Segurança Nacional do vice-presidente, Eric Edelman, era outro subsecretário de Defesa. O atual secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, estava fora do governo, mas mantinha as suas antigas relações de amizade com o clã Bush, em especial Cheney, seu colega durante a administração Gerald Ford (LINS DA SILVA, 2002, p. 52).

Desse modo, percebemos, então, uma ligação muito forte entre o governo do presidente H. W. Bush e do W. Bush, com interesses em comum, não só na segurança, mas como um todo. A estratégia primazia foi seguida desde de os primeiros dias de governo em os outros setores, principalmente na política externa dos EUA. Conforme explica Gomes (2007, p. 43):

No início de seu governo a administração rejeitou o Protocolo de Kyoto sobre mudanças climáticas; rompeu o Tratado de Mísseis Antibalísticos, firmado com a então URSS, em 1972; congelou o processo de aproximação entre as duas Coreias,

além de negar um protocolo de verificação da Convenção de Armas Tóxicas e Biológicas (GOMES, 2007, p. 43).

Esses atos foram vistos, por boa parte dos países, como atos unilaterais, mas que conseguiram legitimação para sua execução, no âmbito interno, por apresentarem discursos de intensos ataques a administração anterior, do presidente Clinton, no que se refere a política externa adotada, que para eles tinham comprometido o desempenho do país (GOMES, 2007, p. 44).

Conforme vimos anteriormente, o discurso do presidente W. Bush foi muito importante para conquistar o apoio da população em relação a sua política de segurança, essencial ao apoio político. Segundo Gomes (2007):

Para levar adiante sua estratégia de segurança, Bush fez uso da prerrogativa dada pela Constituição e pelo Wars Powers Resolution, de 1973, cujas premissas possibilitam que o Executivo tome as medidas cabíveis no caso em que a integridade territorial do país esteja ameaçada. [...] O Senado norte-americano, após os atentados terroristas, aprovou, em 14/9/2001, a S. J. Resolution 23, autorizando o Presidente Bush a usar todos os meios necessários e apropriados contra os associados com os eventos de 11 de setembro de 2001. A Casa dos Representantes, no dia seguinte, também deu seu aval, aprovando a mesma resolução (GOMES, 2007, p. 44).

Além disso, o autor cita o artigo 51 da Carta das Nações Unidas que permite a todos os Estados membros agirem em legítima defesa após um ataque externo.²⁵

Todos esses fatores possibilitaram ao poder executivo reter as forças necessárias para formular a política externa norte-americana no tocante a segurança. Sendo assim, durante esse subcapítulo analisaremos de forma mais aprofundada a Doutrina Bush, observando qual o impacto dela no comportamento dos EUA no sistema internacional.

"A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos" (BUSH, 2002) começou a ser formulada poucos dias após os atentados do dia 11 de setembro. Na primeira reunião para a formulação de tal política de um lado estava Rumsfeld e Wolfowitz, que defendiam a inclusão do Iraque em uma futura resposta militar, e do outro lado estava o ex-secretário de Estado, Colin Powell, cuja argumentação versava sobre a necessidade de focalizar a reação norte-americana em Bin Laden e no Afeganistão. Para ele, tal argumentação teria apoio das Nações Unidas e da opinião pública e não prejudicaria a imagem dos EUA no sistema internacional. O presidente Bush optou então por ficar ao lado de Powell, num primeiro

²⁵ Capítulo VII, artigo 51 da Carta das Nações Unidas: "Nada na presente Carta irá impedir o direito inerente de autodefesa, individual ou em conjunto, se um ataque externo ocorrer contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para manter a paz e segurança internacional".

momento, aceitando uma ação dos EUA no Afeganistão em busca de Bin Laden (GOMES, 2007, p. 47).

Então, nota-se uma divisão dentro da própria equipe do governo em relação a formulação dessa estratégia, embora no primeiro momento o presidente Bush opte pela a resposta apresentada por Powell, veremos que quando lançada a estratégia em 2002 esse cenário muda, e a proposta apresentada pelo o ex-secretário de Estado é adotada apenas como uma resposta imediata. A estratégia de 2002 segue o lado de Rumsfeld e Wolfowitz, que segundo Gomes (2007, p. 48): “em concordância com as propostas da estratégia de primazia, pregavam uma atuação externa norte-americana sem amarras”. O grupo liderado pelo os dois, defendiam a guerra preventiva, como vimos anteriormente, e o multilateralismo *à la carte*, no qual alianças estariam condicionadas ao contexto e aos objetivos do país (GOMES, 2007, p. 48).

Resende (2011) apresenta cinco princípios, que segundo ele fundamentam o projeto político norte-americano:

(1) a redefinição da geografia da segurança nacional; (2) o estabelecimento de uma relação entre poder e princípios; (3) a reavaliação das necessidades da segurança interna e da internacional; (4) a definição de um conceito norte-americano de multilateralismo e, finalmente, (5) a mudança de percepção temporal quanto às ameaças, que, por seu turno, fundamentaria a ação preventiva (RESENDE, 2011, p. 14).

O primeiro ponto refere-se ao reconhecimento da transnacionalidade na nova geopolítica da segurança nacional. A autora aborda a questão do terrorismo como principal inimigo dentro da estratégia, para ela torna-se um problema a partir do momento que se constrói uma relação entre o terrorismo e os Estados párias²⁶. O questionamento levantado nesse sentido é em relação ao retorno à antiga ideia de “terrorismo de Estado”, ou seja, a autora questiona se em termos de Estados párias e de seus “clientes terroristas” implicaria, necessariamente, nesse retorno. Então, ela conclui que: “Apesar da retórica sobre a natureza transnacional e não estatal das novas ameaças, o paradigma tradicional permanece. A estratégia dá um giro de 360° e retorna à caracterização estatal das ameaças” (RESENDE, 2011, p. 14).

O segundo elemento citado vai de encontro a centralidade dos valores morais na fundamentação e motivação da Doutrina de Prevenção. Nesse sentido, a autora entende que

²⁶ Um Estado pária é uma nação cuja conduta é considerada fora das normas internacionais de comportamento por parte ou por toda a comunidade internacional ou por algumas das grandes potências.

formulação da política externa norte-americana sempre refletiu uma dicotomia entre realistas e idealistas, no entanto, ela observa que:

O conceito de uma “balança de poder favorável à liberdade”, conforme expressão empregada no documento indicava que a Administração W. Bush enfatizava tanto poder quanto valores, afirmando-se capaz e disposta a diferenciar “bem” do “mal”, “certo” do “errado”. Os valores morais reafirmados pela doutrina concentram-se na relação entre Estado e indivíduos, o que demonstra a tradição liberal-civilizatória da concepção idealista e universalista da estratégia em relação à promoção dos valores da liberdade. (RESENDE, 2011, p. 14-15).

O documento define, de forma simples, os campos opostos: liberdade e democracia versus terrorismo. Resende (apud DUPAS, 2002, p.6) chama a atenção nesse sentido observando que Dupas classifica a estratégia como - “colcha de retalhos” de decisões anteriores a 11 de setembro, que tem um grande peso ideológico, além de voluntarismo moralizante e interesses que em certos pontos se mostram contraditórios – dividindo o mundo em “bons” e “maus”. Assim, chegando à conclusão que com isso busca-se criar um discurso remetendo-se aos inimigos do passado, citando como exemplo o “Eixo do Mal”, usado pelo o presidente Bush no pronunciamento do Estado da União no ano seguinte aos atentados, ao referir-se aos considerados inimigos dos EUA (RESENDE, 2011, p. 15).

O terceiro ponto apresentado pela a autora, refere-se à atuação das forças armadas, tanto no âmbito interno, quanto no externo; e as instituições domésticas de defesa e inteligência. A estratégia defendia uma reavaliação da segurança interna e internacional em cima do papel desses três, como afirma a autora: “Nesse aspecto, a influência da estratégia da primazia torna-se clara com a ênfase recorrente sobre o poderio militar norte-americano e a necessidade de expandi-lo continuamente” (2011, p. 15).

O quarto ponto é a identificação de um conceito que é a classificação essencialmente norte-americana sobre o multilateralismo:

Os Estados Unidos praticariam uma forma especial de diplomacia multilateral, porém mais justa e democrática porque relacionaria autoridade soberana, accountability e poder político, com boa uma dose de pragmatismo. Não se trata, como argumentam seus articuladores, de opor o unilateralismo americano ao multilateralismo europeu, e sim de reconhecer a possibilidade de uma forma diferente de conceber e operacionalizar ações multilaterais a fim de torná-las mais eficientes (RESENDE, 2011, p. 15 – 16).

O quinto e último aspecto inovador apresentado pela autora, trata-se da redefinição da segurança nacional como uma função temporal. Nesse ponto, Resende entende que isso abriria a possibilidade do recurso à “ação preventiva”. Segundo ela:

Se, no passado, as ameaças demoravam a se manifestar, devido à lenta mobilização e deslocamento de exércitos, por exemplo, nos dias atuais, sustenta o documento, as ameaças seriam rápidas, sem aviso prévio. Além disso, devido a sua natureza não estatal, difusa e transnacional, elas não obedeceriam aos tradicionais paradigmas da agressão estatal (RESENDE, 2011, p. 16).

Esse ponto nos leva a discussão em relação a expressão “ação preventiva”. Como vimos anteriormente os cenários no qual essa expressão foi aplicada, e chegamos à conclusão que não há uma caracterização adequada, uma vez que seria necessária uma ameaça real à segurança para sustentar uma intervenção, invasão ou ataque, e não simples suposições, como no caso do Iraque. Nesse contexto, a lógica adotada nessa estratégia segundo Resende (2011, p. 16): “constituiria a prescrição para um estado permanente de exceção e de guerra, uma vez que, de acordo com os termos estabelecidos no documento, a simples existência das condições de possibilidade de uma ameaça já daria razões para a ação”.

Então, podemos concluir que a estratégia de segurança adotada pelo o governo de W. Bush após o 11 de setembro foi construída com uma forte influência da estratégia de primazia do governo de H. W. Bush, com pontos e interesses no mesmo sentido. Apresentando controvérsias, como no caso da guerra ou ação preventiva; a política de apoio à democracia, com interferências na soberania de outros Estados, que nos casos do Afeganistão e Iraque resultou em um agrave das crises já vividas nos dois países; e a utilização do poder militar, mesmo que unilateralmente, como uma forma de combater o terrorismo.

Esses cinco pontos apresentados por Resende, chamados de inovações estratégicas, explanam como o governo de Bush, através dessa estratégia, age de forma unilateral, dando o direito para si de determinar se uma determinada situação justificaria, ou não, o emprego da força de forma preventiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado com intuito de analisar a política de segurança dos EUA após os atentados terroristas do dia 11 de setembro de 2001, observando a construção da Guerra ao Terror no governo de George W. Bush, tendo por base teórica o Neorrealismo. O trabalho também leva em consideração a importância dos discursos do presidente Bush como uma forma de alcançar apoio na implantação dessa política de segurança.

No terceiro capítulo, vimos inicialmente, a discussão em torno do conceito de terrorismo através de uma visão neorrealista, com isso chegamos à conclusão que além de ser um conceito bem complexo, os autores apresentam diversas visões sobre a sua definição. Desse modo, focamos no terrorismo de Estado por ser o mais importante na construção do trabalho no que se refere ao papel da Al-Qaeda enquanto grupo terrorista responsável pelos atentados do dia 11 de setembro. Nesse contexto, observamos que suas premissas estão ligadas diretamente a Guerra Fria, inclusive, conforme citamos, o grupo recebeu o apoio financeiro e militar dos EUA quando ainda se tratava de um grupo de guerrilheiros.

A Al-Qaeda nasce como consequência dos conflitos entre EUA e URSS no Oriente Médio, da guerra do capitalismo versus socialismo, como um movimento religioso totalmente extremista e poderoso. Esse poder se torna evidente pela a forma em que o grupo se consolida, membros experientes treinados por militares, bases de treinamentos, apoio por parte de regimes e o próprio projeto ‘operação aviões’, que mesmo sendo modificado, diminuindo-se a quantidade de ataques, ainda era algo grandioso que exigia uma série de recursos.

Então, esse “inimigo poderoso”, termo utilizado pelo presidente Bush para se referir tanto ao terrorismo como a Al-Qaeda, surge e se consolida através de uma política de segurança adotada pelo o próprio EUA durante a Guerra Fria. O apoio financeiro e militar a esses guerrilheiros que atuavam contra a URSS foi fundamental para que se formassem as bases do grupo.

A partir do quarto capítulo, vemos a transformação do presidente Bush, que tem um mandato que se iniciou em meio a uma crise política, inclusive tendo a legitimidade da sua presidência contestada e com apoio considerado baixo por parte da população. A importância desse fato no trabalho é de abordar o impacto que o 11 de setembro tem no governo Bush, ganhando com isso o apoio da população, em grande parte pelo os discursos proferidos, sempre trazendo o patriotismo exacerbado dos norte-americanos e o terrorismo como grande ameaça a isso. Patriotismo esse que ele chama de “valores americanos”, criando-se assim o

elemento medo, fundamental no apoio popular da estratégia de segurança que ele queria implantar a partir dali. Essa está diretamente ligada a um projeto que não se consolidou no governo do seu pai, o presidente H. W. Bush, justamente por ser impopular e ir de encontro a uma agenda mais unilateralista. Além de possuir os mesmos interesses, os dois governos tinham no primeiro escalão diversos membros incomuns, em grande parte ligados aos setores estratégicos, como segurança, economia e política externa. Se por um lado H. W. Bush não conseguiu implantar a sua estratégia, o governo do seu filho viu essa possibilidade no período pós-11 de setembro.

A linha cronológica abordada a partir do dia 11 de setembro nos permite observar que, primeiro, houve um apoio da grande maioria da população em relação a um contra-ataque, apoio esse justificado, principalmente, por dois fatores, que vimos recentemente aqui: o medo e a ameaça terrorista contra os EUA. Os discursos do presidente Bush apresentados ao longo do quarto capítulo vem justamente com o intuito de abordar isso, como ele enquanto representante dessa estratégia, renegada no passado pela a população, consegue seu apoio maciço, pelo menos inicialmente. Alguns pontos, além da questão do medo e do patriotismo, também são bem marcantes nos discursos, como por exemplo, o constate apelo por parte do presidente Bush pela a união dos Estados contra o terrorismo, atacar para prevenir. A democracia como uma forma de liberdade e por fim, o poder. Isso nos mostra também esse outro lado dos discursos, de estar sempre reafirmando esse papel dos EUA como uma grande potência mundial, buscando derrubar as fragilidades evidenciadas pelos os atentados.

A busca pela reafirmação do poderio militar dos EUA era um ponto bem marcante na estratégia de segurança apresentada pelo o governo Bush em 2002 ao congresso. O documento apresentava pontos como: atacar Estados, considerados por eles terroristas, através de intervenções militares preventivas; posicionar os EUA como uma grande vítima, ao se referir a esses Estados como “eixo do mal”; e aprovar leis que ampliavam os poderes do executivo, que ao mesmo tempo possibilitavam uma restrição dos direitos civis, como rastrear telefones, computadores e prender estrangeiros suspeitos por exemplo. Além disso, apesar de ser um projeto com características bem unilateralista, ele buscava criar alianças com Estados da Europa, como uma forma de apoio nas intervenções preventivas.

Esses fatores nos mostram a construção da situação de intensos conflitos no Oriente Médio a partir da Guerra ao Terror de Bush, que exigiu um alto investimento, como parte de um projeto de gestão que deixou como herança para o próximo governo os impactos de uma das maiores crises já vividas pelo os EUA, a crise global, iniciada em 2007 em um cenário de total caos que atingiu o mundo inteiro.

A ligação da estratégia do governo Bush como um dos fatores que colaboraram nessa crise pode ser explicada pelo seguinte motivo: para garantir o sucesso no âmbito externo dessa estratégia, o governo norte-americano adotou uma política no setor econômico de liberação de créditos internos, o resultado foi a criação da chamada “bolha” especulativa, situação na qual o valor de um ativo se desvia fortemente do valor intrínseco correspondente desse mesmo ativo, fazendo com que diversos bancos abrissem falência, além de um colapso no mercado imobiliário (HERMANN, 2009, p. 139 – 140).

A guerra que inicialmente tinha o apoio de uma parcela expressiva da população, logo foi perdendo adesão conforme se ficava mais evidente os impactos da estratégia adotada pelo o governo. Os índices que mediam a aprovação do presidente seguiam o mesmo caminho, agravando-se ainda mais com a crise anteriormente citada. A estratégia de Bush também não foi capaz de capturar o líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden. E mesmo enfraquecendo o grupo terrorista, também não foram capazes de capturar outros membros que exerciam funções importantes.

Além disso, as intervenções no Afeganistão e Iraque não resultaram na consolidação de um regime totalmente democrático, como previsto; as intervenções intensificaram ainda mais os conflitos, tendo a sua população afetada até os dias atuais; a estratégia resultou em um efeito reverso em relação ao enfraquecimento dos grupos terrorista. O que vemos hoje é a expansão e uma ascensão de poder cada vez maior por parte desses grupos.

George W. Bush saiu da presidência sendo considerado um dos piores presidentes da história dos EUA, entregando o país com um crescente número de desempregados, setores industriais parados, desvalorização do dólar e entre outros problemas que foram essenciais para eleger o candidato da oposição na eleição de 2008, o democrata Barack Obama.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Priscila Drozdek de. **Terrorismo: Uma abordagem conceitual**. 2015. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Sociologia Política) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/51357/R%20-%20E%2020PRISCILA%20DROZDEK%20DE%20ALCANTARA.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 05 de mai. 2019.

ARKEDIS, Jim. Why Al Qaeda Wants a Safe Haven. **Foreign Policy**, Washington, 23 out. 2009. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/10/23/why-al-qaeda-wants-a-safe-haven/>. Acesso em: 08 set. 2015.

BATISTA, Glauco Fernando Numata; Cristina Soreanu, PECEQUILO. As consequências da doutrina Bush para as políticas de segurança na América Latina. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marilía, v. 9, n. 1, p. 64-80, 2009.

BRAGA, Ada Viana; ZHEBIT, Alexander; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (org.) **Neoterrorismo: Reflexões e Glossário**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

BUSH, George W. **Bush: 9/11 Address to the Nation. Washington, 2001**. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbfirstinaugural.htm>. Acesso em: 14 set. 2019.

BUSH, George W. **Bush: Inaugural Address. Janeiro de 2001**. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25853>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BUZAN, Barry. As implicações do 11 de setembro para o estudo das relações internacionais. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 233-265, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010285292002000200001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso: em 20 set. 2019.

CBC. **Reações aos antípodas**. Disponível em: <https://ici.radio-canada.ca/nouvelle/335173/reax-saddam-pays>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

CARR, E.H. **Vinte anos de crise – 1919 – 1939**. Brasília: IPRI/IMESP/FUNAG, 2001. Disponível em: <http://livros01.livrosgrátis.com.br/al000233.pdf>. Acesso em: 10 de setembro. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009.

DOLINGER, JACOB. O terrorismo internacional como ameaça ao Direito Internacional. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, n. 400, p. 75–110, nov./dez., 2008. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r27151.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

FIORI, José Luís. **O Poder Americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FONSCECA, Carlos Amaral. Avaliação do primeiro mandato de George W. Bush e perspectivas para o segundo. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**, Campinas, n. 5, p. 41-52, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=78&tp=a>. Acesso em: 20 set. 2019.

GALITO, Maria Sousa. **Terrorismo—Conceptualização do Fenômeno**. CEsA Working Paper, n. 117. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, POR, 2013. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6057/1/cesa-WP117.pdf>. Acesso em 20 set. 2019.

GOMES, Aureo de Toledo. Doutrina Bush: Uma análise de política externa. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, n. 7, p. 33-56, 2007.

HERMANN, Jennifer. Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 29, nº 1 (113), p. 138-141, janeiro-março/2009.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. 3.ed., rev. E ampl. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

KURKI, Milija; WIGHT, Colin. **International relations and social Science**. In DUNNE, Tim; KURKI, Milija; SMITH, Steve. *International relations theories – Discipline and diversity*. Oxford University Press, 3º edition, 2013. P. 14 – 35.

KROPOTKIN P. "What Geography Ought to Be". **The Nineteenth Century**, V.18, 1885. Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/anarchist_Archives/kropotkin/whatgeobe.html. Acesso em: 10 set. 2019.

LAFEBER, Walter. The Rise and Fall of Colin Powell and the Powell Doctrine. **Political Science Quarterly**, Nova Iorque, v. 124, n. 1, p.71-93, mar. 2009. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/j.1538-165X.2009.tb00642.x/full>. Acesso em: 07 mar. 2019. (Inglês Americano). Inglês (Estados Unidos).

LINS da SILVA, C.E. Doutrina Bush foi gerada há dez anos. **Política Externa**, São Paulo, v. 11, nº 3, p. 50-54, dez/jan/fev, 2002/2003.

LOPES, Joana Araújo. **O terrorismo e o contraterrorismo: a influência da ONU e União Europeia no combate à radicalização na França e no Reino Unido (2001-2017)**. 2017. 179f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2017.

LUIGI, Ricardo. A ideia de anarquia nas Relações Internacionais e o conceito de Anarquia em Morgenthau. **Intellecto**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 1-12, janeiro/junho 2014. Disponível em: <http://www.revistaintellecto.cenegri.org.br/ed2014-20/luigi-2014-20.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2019.

MARTINS, R. Acerca de “Terrorismo» e de “Terrorismos”. **IDN Cadernos**, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional. Nº 1, p. 7-115, 2010. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_1.pdf. Acesso em: 20 de fev. 2019.

MIGAUX, Philippe. A Al-Qaeda. In: CHALIAND, Gérard; Blin Arnaud. **The history of terrorism: from antiquity to al Qaeda**. Londres: University of California Press, 2007, p. 314-348. Inglês (Estados Unidos).

MONTEIRO, Eduardo da Nóbrega. **Linhas gerais sobre Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/linhas-gerais-sobre-theodore-roosevelt-e-woodrow-wilson/126379/>. Acesso em: 15 out. 2019.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Ed.Unb, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p. 1152.

NAPOLEÃO, Thomaz. De Bonn a Bonn: uma década de engajamento internacional no Afeganistão pós-Talibã. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 4, n. 15-16, p. 04-21, dez. 2012 – mar. 2013.

NÓBREGA, Carla José Moniz Ferreira de. **Al-Qaeda: análise estratégica da maior organização terrorista do século XXI**. 2013. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais e Políticas) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, POR, 2013.

ONU. **A ONU e o terrorismo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: Temas, atores e visões**. Petrópolis – RJ: Vozes LTDA, 2004.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais, o mapa do caminho: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PEREIRA, Carlos Santos. Dez Anos de Guerra no Afeganistão. **Nação e Defesa**, 5.^a Série, n. 130, p. 179-216, 2011. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7647/1/NeD130_CarlosSantosPereira.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

PINTO, Danielle Jacon Ayres; BRAVO, Juliano dos Santos. **O Realismo nas Relações Internacionais: uma revisão da literatura**. Revista de Estudos Internacionais, [S. I.], v. 07, 1 mar. 2016.

RABELLO, Aline Louro de Souza e Silva. **O conceito de terrorismo nos jornais americanos: uma análise do New York Times e do Washington Post logo após os atentados de 11 de setembro**. 2007. 171f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RESENDE, Erica. Uma análise da Doutrina Bush no décimo aniversário do onze de setembro. **TEXTOS&DEBATES**, Boa Vista, n.18, p. 7-18, 2011.

RIBERA, Ricardo. A Guerra Fria: Breves notas para um debate. **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 1, p. 87-106, Jan-Jun, 2012.

ROGERS, Paul. Terrorism. In: WILLIAMS, Paul D. (Ed.). **Security Studies: An Introduction**. Routledge, 2008. p. 171-184. Inglês (Estados Unidos).

SÁ, Katty Cristina Lima. Um breve histórico Al-Qaeda: de Exército Jihadista a Movimento Ideológico. **Boletim Historiar**, n. 19, p. 84-101, abr./jun. 2017.

SANTOS, Tiago Ribeiro. **A legalidade da Guerra do Iraque perante o Direito Internacional**. 2005. 46f. Monografia (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10155/10155.PDF>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

SOARES, Neise Silva. Iraque: A guerra da personalização, análise do conteúdo jornalístico da revista IstoÉ durante a ação americana no Iraque. In: Congresso Anual em Ciência da Comunicação, XXVIII., 2005, Niterói - RJ. **Anais**. Niterói, RJ: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2005. p. 1-13. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R2694-1.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2019.

SOBRAL, Thiago. Terrorismo e mídia: discursos e enquadramentos presentes na cobertura da Folha de São Paulo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXVIII., 2005, Niterói – RJ. **Anais**. Niterói, RJ: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2005. p. 1-19. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/133215819895110048211553724730097049066.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2019.

TRAUMANN, Andrew Patrick. Os falcões pousaram: o papel da ONU no conflito EUA-Iraque (1990-2003). **Revista Urutágua**, Maringá, n. 15, abr./mai./jun./jul. 2008. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/015/15traumann.htm>. Acesso em: 05 mar. 2019.

VIZENTINI, Paulo. **Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. **A CRISE NO ORIENTE MÉDIO: a guerra do golfo, as discussões historiográficas e as relações internacionais (1990-1991)**. 2006. 132 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/labtempo/files/Monografi__.pdf. Acesso em: 04 mar. 2019. Inglês (Estados Unidos).

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. A Guerra do Golfo (1991), os EUA e a Doutrina Powell. In: Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 3., 2008, Londrina – PR. **Anais**. Londrina – PR: GEPAL, 2008. p. 1-11. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/terceirosimposio/sandroheleno.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2019.